

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC**  
**CURSO DE DIREITO**

**VANESSA FERREIRA MIRANDA**

**O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO ENQUANTO JUSTIFICATIVA PARA A EDIÇÃO DA**  
**MP 871/2019, INTITULADA PENTE-FINO.**

**CRICIÚMA**

**2019**

**VANESSA FERREIRA MIRANDA**

**O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO ENQUANTO JUSTIFICATIVA PARA A EDIÇÃO DA  
MP 871/2019, INTITULADA PENTE-FINO.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado  
para obtenção do grau de Bacharel no Curso de  
Direito da Universidade do Extremo Sul  
Catarinense - UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Marcirio Colle Bitencourt.

**CRICIÚMA**

**2019**

**VANESSA FERREIRA MIRANDA**

**O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO ENQUANTO JUSTIFICATIVA PARA A EDIÇÃO DA  
MP 871/2019, INTITULADA PENTE-FINO.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela  
Banca Examinadora para obtenção do grau de  
Bacharel no Curso de Direito da Universidade do  
Extremo Sul Catarinense, UNESC na Linha de  
Pesquisa de Direito Previdenciário.

Criciúma, 27 junho de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Marcirio Colle Bitencourt – Eps. – (UNESC) - Orientador

Prof. Fabrizio Guinzani – Msc. – (UNESC)

Prof<sup>a</sup>. Renise Terezinha Melilo Zaniboni – Msc. – (UNESC)

*Dedico este trabalho aos meus pais, os quais me deram  
força e estímulo para que eu não desistisse e acreditasse  
em mim.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pela saúde, pela força para alcançar meus objetivos e por sua presença durante toda a minha vida.

Ao meu pai, minha inspiração em todos os aspectos. Exemplo de integridade, dedicação e amor. Alguém que, talvez mais do que eu, espera por este momento e, com certeza, sem ele o caminho seria mais árduo ou talvez insustentável. À minha mãe, que se fez presente à sua maneira, dando suporte e amor.

Agradeço ao meu namorado Sérgio Augusto. Obrigada pelo amor, companhia, compreensão e apoio.

Agradeço também aos meus amigos por entenderem minha ausência durante o período de realização do trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Marcirio, por sua dedicação, organização, paciência, e, principalmente pelo empenho e carinho dedicado à profissão que exerce. Obrigada por acreditar em mim desde o início e por ter compartilhado comigo ensinamentos que levarei ao longo de minha trajetória.

Por fim, quero estender meu agradecimento a todos os professores do Curso de Direito da UNESC que contribuíram para que eu chegasse até aqui. Especialmente à minha banca examinadora.

## RESUMO

O presente trabalho monográfico visa analisar o déficit previdenciário enquanto justificativa para a edição da MP 871/2019 e a real necessidade da bonificação criada para os servidores do INSS – bônus por produtividade. Com isso obter informações suficientes para indagar sobre a ocorrência de um retrocesso social, uma vez que, os bônus são caracterizados como gratificações para os servidores exercerem atividades que já fazem parte de suas funções típicas e as mudanças implementadas pela medida provisória impactarão de forma negativa na vida de muitos segurados. Inicialmente realiza uma breve síntese sobre o surgimento da Seguridade e Previdência Social no mundo e no Brasil, conceitos, ramificações, e os princípios norteadores do Direito Previdenciário. No segundo capítulo, será estudado o instituto da medida provisória e apresentada a MP 871/2019, pontuando as principais mudanças ocasionadas nos benefícios concedidos à título de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez em virtude da medida. Por fim, no terceiro capítulo, é abordado o conceito da atividade médica pericial, descrito os cargos que compõe o quadro de servidores do INSS, tendo em vista a instituição dos bônus por produtividade e, também apresentado dados técnicos e divergências em relação ao déficit da Previdência Social. O método de pesquisa utilizado foi o dedutivo, com uso das técnicas da pesquisa teórica, bibliográfica, quantitativa, fontes gráficas e digitais.

**Palavras-chave:** INSS. Medida Provisória. Bônus Por Produtividade. Previdência Social. Déficit.

## **ABSTRACT**

The present monographic work aims to analyze the social security deficit as justification for the publication of PM 871/2019 and the real need of the bonus created for the INSS servers - bonuses for productivity. This gives sufficient information to inquire about the occurrence of a social retrogression, since bonuses are characterized as bonuses for the employees to perform activities that are already part of their typical functions and the changes implemented by the provisional measure will have a negative impact on the life of many policyholders. Initially, it makes a brief synthesis about the emergence of Social Security and Social Security in the world and in Brazil, concepts, ramifications, and guiding principles of Social Security Law. In the second chapter, the institute of the provisional measure will be studied and presented to PM 871/2019, highlighting the main changes caused in the benefits granted as sickness benefits and disability retirement due to the measure. Finally, in the third chapter, the concept of expert medical activity is described, describing the positions that make up the INSS staff, in view of the institution of bonuses for productivity and also presented technical data and divergences in relation to the deficit of the Social Security. The research method used was deductive, with the use of theoretical, bibliographic, quantitative, graphic and digital sources.

**Keywords:** INSS. Provisional Measure. Bonus For Productivity. Social Security. Deficit.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANFIP	Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
ART.	Artigo
BESP–PMBI	Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade
BMOB	Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios
BPMBI	Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade
CF	Constituição Federal
CIPREV	Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência
COFINS	Contribuição incidente sobre receita ou faturamento
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSLL	Contribuição incidente sobre lucro líquido
DID	Data do início da doença
DII	Data do início da incapacidade
DRU	Desvinculação de Receitas da União
IAPAS	Instituto e Administração Financeira da Previdência Social
IAPB	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários
IAPC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais
IAPETC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IAPM	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas



INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPASE	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PLV	Projeto de Lei de Conversão
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMI	Renda Mensal Inicial
SINPAS	Sistema de Previdência e Assistência Social
SUD	Sistema Único Descentralizado
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TNU	Turma Nacional de Uniformização

## **LISTA DE FIGURAS**

- Figura 01                      Números da CPI CIPREV 2017.
- Figura 02                      Números de benefícios pagos pelo INSS. ANFIP 2017.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....</b>	<b>12</b>
2.1 O SURGIMENTO DA SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNDO E BRASIL .....	12
2.2 SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITO E DIVISÃO A PARTIR DA CF/88.....	18
2.3 PRINCÍPIOS: SEGURIDADE SOCIAL E ESPECÍFICOS.....	21
<b>3. PROGRAMA DE REVISÃO INTITULADO PENTE-FINO – MP 871/2019.....</b>	<b>27</b>
3.1 MEDIDA PROVISÓRIA .....	27
3.2 PROGRAMA DE REVISÃO – MEDIDA PROVISÓRIA 871/2019.....	28
3.3 BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE LABORAL.....	31
<b>3.3.1 Auxílio-doença.....</b>	<b>32</b>
<b>3.3.2 Aposentadoria por invalidez .....</b>	<b>35</b>
<b>4. DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO ENQUANTO JUSTIFICATIVA PARA A EDIÇÃO DA MP 871/2019.....</b>	<b>40</b>
4.1 ATIVIDADE MÉDICA PERICIAL .....	40
<b>4.1.1 Das atribuições: médico perito, analista e técnico .....</b>	<b>42</b>
4.1.1.1 Perito Médico .....	42
4.1.1.2 Analista.....	43
4.1.1.3 Técnico.....	44
4.2 DA REVISÃO DOS BENEFÍCIOS .....	45
4.3 CRIAÇÃO DO BÔNUS POR PRODUTIVIDADE .....	46
4.4 BÔNUS POR PRODUTIVIDADE E O IMPACTO NO SISTEMA ECONÔMICO..	47
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em tempos de reforma da Previdência Social, fora publicado no Diário Oficial da União no dia 18 de janeiro de 2019 a Medida Provisória 871, apresentada pelo governo federal como uma ferramenta para sanar e coibir crimes contra o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, intitulada Pente-Fino. Posteriormente aprovada pelo Plenário do Senado, na data de 03 de junho de 2019, na forma do Projeto de Lei de Conversão – PLV 11/2019, e convertida na Lei n. 13.846/2019, em 18 de junho de 2019.

Sob o principal argumento de combate às fraudes contra o INSS, reduzir os custos, assim como diminuir o déficit da previdência, a MP convertida em lei, criou os programas BPMBI – Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, devido aos ocupantes dos cargos de Perito Médico Federal, Perito Médico da Previdência Social e Supervisor Médico-Pericial, para cada perícia médica realizada no programa de revisão e, o programa BMOB – Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, devido aos ocupantes dos cargos de analistas e técnicos do seguro social.

O presente trabalho monográfico visa analisar o déficit previdenciário enquanto justificativa para a edição da Medida Provisória 871/2019 e a real necessidade da bonificação criada para os servidores do INSS – bônus por produtividade. Com isso obter informações suficientes para indagar sobre a ocorrência de um retrocesso social, uma vez que os bônus por produtividade são caracterizados como gratificações para os servidores exercerem atividades que já fazem parte de suas funções típicas e as medidas implementadas impactarão de forma negativa na vida de milhares de segurados.

O tema possui relevância jurídica pois, embora se espere um amplo debate democrático, no que se refere a propositura de mudanças nas regras que direcionam o sistema previdenciário, para que não se afaste o ideal que estrutura todo o ordenamento jurídico brasileiro, pautado no bem-estar social, as mudanças já vêm ocorrendo através de medidas provisórias. No entanto, constata-se que a temática não é simples e não se pode tratá-la de maneira superficial e unilateral, uma vez que, as modificações trouxeram sérios impactos nos cotidianos daqueles destinatários do programa de proteção da Seguridade Social, e a consequente redução de direitos e

dificuldades de acessibilidades, que vão de encontro com o compromisso pactuado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Assim sendo, no primeiro capítulo abordar-se-á o surgimento da Seguridade e Previdência Social no mundo e no Brasil, seus conceitos e ramificações a partir da CF/88. Não obstante, ainda neste capítulo, será estudado brevemente os princípios norteadores da Seguridade Social, bem como os princípios que tratam especificamente da previdência.

No segundo capítulo, estudar-se-á o conceito de medida provisória e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. Ainda, apresentar-se-á a Medida Provisória 871/2019, convertida na Lei n. 13.846/2019 em 18 de junho de 2019, denominada Pente-Fino, que instituiu os Programas de Revisões BMOB e BPMBI - os bônus por produtividade, mencionados acima, bem como será pontuado as principais mudanças ocasionadas nos benefícios concedidos à título de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, considerando que são os segurados mais vulneráveis e que sofrerão mudanças mais expressivas, dado a quantidade de beneficiários, além de se tratar dos benefícios que os programas pretendem revisar, e que correspondem ao objeto de estudo do presente trabalho.

No terceiro capítulo, adentrando mais profundamente no tema do presente trabalho, discutir-se-á de maneira breve acerca do conceito da atividade médica pericial, bem como será descrito os cargos que compõe o quadro de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social e suas respectivas funções, tendo em vista o alcance dos bônus por produtividade instituídos pela MP 871/19. Será demonstrado, ainda, como funcionará as revisões dos benefícios por incapacidade e com indícios de irregularidades.

Por fim, demonstrar-se-á dados técnicos e divergências no que se refere ao resultado deficitário da Previdência Social, da qual é utilizado para justificar o incentivo da revisão dos benefícios através de uma gratificação pecuniária aos servidores do instituto.

Para a realização do presente estudo, será utilizado o método dedutivo, com uso das técnicas da pesquisa teórica e quantitativa. A base para a construção deste trabalho foi com o emprego de material bibliográfico, artigos periódicos, livros, teses, dissertações, textos de sites jornalísticos e até mesmo por blogs jurídicos, onde

as instituições dos bônus por produtividade são debatidos e relacionados com o resultado negativo dos cofres da previdência social.

## **2. SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA**

No primeiro momento, antes de tratar sobre o tema proposto no presente trabalho de conclusão de curso, especificamente o déficit previdenciário como justificativa para a edição da MP 871/2019, importante trazer a evolução histórica da Seguridade e Previdência Social no Brasil, o conceito e suas ramificações, bem como os princípios norteadores do direito previdenciário não tendo como objetivo esgotar a matéria neste capítulo, todavia, servindo como introdução ao tema.

### **2.1 O SURGIMENTO DA SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MUNDO E BRASIL**

Tem-se conhecimento que o ser humano, desde os tempos iniciais das civilizações se organizava em comunidades para viver e garantir um convívio harmonioso. E dentre as diversas regras determinadas para a comunhão dos grupos, aprendeu a obter bens materiais a partir de sua produção individual e, conseqüentemente trocar o excedente por outros bens, para assegurar sua subsistência (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 31).

Tavares (2010, p. 23) explica que a evolução da ideia de proteção social teve seu ponto inicial, sobretudo, na assistência familiar, isto porque, a preocupação do ser humano com seu bem-estar existiu desde os primórdios das civilizações, tendo em vista a necessidade de se reunir em grupos para se defender das adversidades do cotidiano e para compartilhar alimentos.

Na concepção de Neves (2012, p. 18), as primeiras manifestações voltadas a ideia de proteção social ocorreram por volta de 1601, com a transição da proteção privada para a atuação pública. O Estado introduziu maior participação, de modo que, passou a se preocupar com as pessoas mais carentes e indigentes, dando origem a primeira matéria pré-jurídica, denominada “lei dos pobres”, marcada pela Rainha Elizabeth da Inglaterra.

Para Ibrahim (2015, p. 39), o início do assistencialismo mundial ocorreu em 1883, na Alemanha, diante de um acontecimento marcante, da qual o Chanceler Bismarck, através da Lei dos Seguros Sociais da Alemanha, garantiu a aprovação de seu projeto de seguro doença junto ao parlamento, em seguida a aprovação do projeto

de seguro acidentes de trabalho, em 1884 e, posteriormente a aprovação do seguro de invalidez e velhice em 1889. Dando origem as características dos regimes previdenciários modernos, quais sejam: a contributividade e compulsoriedade.

Em 1897, na Inglaterra é criado o seguro obrigatório contra acidentes de trabalho, através do *Workmen's Compensation Act*. No ano de 1907, criou-se o sistema de assistência à velhice e acidentes de trabalho, e em 1908, fora instituído o *Old Age Pensions Ac*, da qual objetivava a concessão de pensões a maiores de setenta anos (KERSTENETZKY, 2012, p. 5).

E foi em meados da segunda década do século XX que as leis que tratam sobre a matéria começam a fazer parte das Constituições nacionais, sendo as pioneiras a Constituição do México de 1917 e, logo depois a Constituição de Weimar, na Alemanha, em 1919 (KERSTENETZKY, 2012, p. 6).

Nas palavras de Kuhnle e Sander (2010, p. 61), a seguridade social por acidentes decorrentes do trabalho foi a primeira a ser criada, em seguida a seguridade para o desemprego e, por fim as outras ações de seguridades sociais. Outrossim, em relação as garantias sociais, nenhum país introduzia as relacionadas ao desemprego como ponto de partida das ações do Estado, porém, a Noruega e a Finlândia foram os primeiros a criarem condições de segurança no tocante ao desemprego.

Na compreensão de Kuhnle e Sander (2010, p. 61), a preocupação do Estado em criar funções a fim de proteger os direitos sociais dos indivíduos passou a ser registrada na legislação dos países ao final da Primeira Guerra Mundial. Até mesmo o Brasil, o qual é possível averiguar os benefícios para invalidez e alguns direitos aos trabalhadores em 1919.

Em suma, é no período entre guerras que se evidencia a inserção de seguridade e proteção dos indivíduos da sociedade, introduzidas para as questões sociais, a cobertura da população e provisões de caráter obrigatório (KERSTENETZKY, 2012, p. 10).

Ferreira Filho (1998, p. 42) elucida que em decorrência do Estado Liberal, a sociedade passou a concentrar a riqueza e a classe operária empobreceu, devido à exploração dessa classe pela classe burguesa, com salários baixos e precárias condições de trabalho.

E foi com a Primeira Guerra Mundial que a crise econômica e social se agravou, diminuindo o modelo de Estado Liberal e, delineando a criação do Estado



Social, com o reconhecimento dos direitos sociais. Pois, devido à crise, foi necessário criar condições de igualdade econômica entre as pessoas, momento em que o Estado percebeu a necessidade de criar circunstâncias materiais adequadas às necessidades vitais do ser humano (DONADELI; CANAVEZ, 2014, p. 4).

Donadeli e Canavez (2014, p. 4) também comentam que o estado do bem-estar social se desenvolveu após a Primeira Guerra Mundial. Elucidam que os conflitos entre o capital e o trabalho, bem como a Revolução Russa, acabaram desgastando o modelo liberal clássico, dando surgimento à noção de direitos sociais como prestações positivas do Estado.

No Brasil, a iniciação de um sistema de proteção social foi semelhante ao que se observa no âmbito mundial, com características primárias eminentemente beneficente e assistencial (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 56).

Castro e Lazzari (2017, p. 56) elucidam que, embora no período colonial, verificou-se a criação das Santas Casas da Misericórdia, instituições organizadas para promover o tratamento e sustendo de enfermos e inválidos, fundada em 1543 a mais antiga, no Porto de São Vicente, depois a criação das Irmandades de Ordens Terceiras em 1975 e em seguida o Plano de Beneficência dos Órfãos e Viúvas dos Oficiais da Marinha, o surgimento das primeiras regras, ocorreram da seguinte forma:

Pesquisas feitas por Antonio Carlos de Oliveira, “o primeiro texto em matéria de previdência social no Brasil foi expedido em 1821, pelo ainda Príncipe Regente, Dom Pedro de Alcântara. Trata-se de um Decreto de 1º de outubro daquele ano, concedendo aposentadoria aos mestres e professores, após 30 anos de serviço, e assegurando um abono de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) dos ganhos aos que continuassem em atividade”. Em 1888, o Decreto n. 9.912-A, de 26 de março, dispôs sobre a concessão de aposentadoria aos empregados dos Correios, fixando em trinta anos de serviço e idade mínima de 60 anos os requisitos para tal. Em 1890, o Decreto n. 221, de 26 de fevereiro, instituiu a aposentadoria para os empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil, posteriormente estendida aos demais ferroviários do Estado pelo Decreto n. 565, de 12 de julho do mesmo ano (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 55).

Na compreensão de Castro e Lazzari (2017, p. 56), no que diz respeito aos primeiros preceitos de proteção social, pode-se mencionar a Constituição de 1891, da qual previu a aposentadoria por invalidez aos servidores públicos, em seguida, no ano de 1892, a Lei n. 217, criou a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte dos operários da Marinha do estado do Rio de Janeiro. E no que se refere a proteção do trabalhador, a primeira lei instituída contra acidentes de trabalho foi criada em 1919, através do Decreto n. 3.724.

Entretanto, a doutrina considera o marco inicial, em relação a primeira regra nacional em matéria previdenciária, o Decreto Legislativo n. 4.682, de 1923, popularmente chamado de Lei Eloy Chaves, cujo iniciou a história da Previdência Social no Brasil, criando as Caixas de Aposentadorias e Pensões nas empresas de ferro, que funcionavam através de contribuições feitas pelos trabalhadores das empresas do ramo ferroviário e do Estado. Porém, mesmo sendo um marco na atividade previdenciária, ainda era insuficiente para atender a demanda, isto porque a organização era realizada por cada empresa, e o número de contribuições reduzida (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 56).

Vale ressaltar que, embora a Lei Eloy Chaves seja predominantemente validada como marco inicial, anterior a ela, existiu o Decreto n 9.284, de 1911, cujo representava a instituição da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários da Casa da Moeda, dando suporte, apenas aos funcionários públicos do órgão mencionado (CASTRO; LAZZARRI, 2017, p. 56).

A referida lei, contemplava os trabalhadores que estavam vinculados as empresas privadas, e na visão de Castro e Lazzari (2017, p .56), o modelo era insuficiente, uma vez que o número de contribuintes, muitas vezes era pequeno para garantir o pagamento de benefícios a longo prazo.

Como afirmam Castro e Lazzari (2017 p. 57), dando sequência a Lei Eloy Chaves, foram criadas outras Caixas de Aposentadorias em empresas de diversos segmentos com atividade econômica. Dentre elas, a Lei n. 5.109/1926 que estendeu aos trabalhadores dos portuários e marítimos e, a Lei n. 5.485/1928 aos empregados dos serviços telegráficos e radiotelegráficos. Ainda, em 1926 o Decreto n. 5.128, instituiu o Instituto da Previdência dos Funcionários Públicos da União, e em seguida o Decreto n. 19.433, em 1930, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo como uma de suas funções primordiais auxiliar os trabalhadores e fiscalizar as atividades da Previdência Social.

Em 1930, as caixas de aposentadorias sofreram sua primeira crise no governo do presidente Getúlio Vargas, em razão da quantidade elevada de fraudes e denúncias, sendo decretado a suspensão dos benefícios e a das concessões de aposentadorias pelo prazo de seis meses, e determinado a revisão dos mesmos para análise de irregularidades, diante das inúmeras suspeitas. Em seguida, em decorrência da crise, a estrutura do modelo sofreu alterações e passou a ser reunida

por categoria profissional, facilitando a supervisão e dando surgimento aos Institutos de Aposentadoria e Pensões, dos comerciários, bancários, empregados de transporte de cargas e marítimos (AMADO, 2017, p. 155).

Conforme preceituam os autores Castro e Lazzari (2017, p. 58), a partir das divisões, criaram-se os institutos de classes. E a primeira instituição nacional de previdência social com preceito na atividade econômica, foi o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos - IAPM, em 1933 através do Decreto 22.872; em seguida o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários – IAPC e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPB, ambos em 1934. E alguns anos depois, surgiram os Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI, em 1934; o IPASE e o IAPETC, ambos em 1938, cujo representam os Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado e dos Empregados em Transportes e Cargas, respectivamente.

As Constituições Brasileiras também participaram de forma significativa da estruturação e história da previdência social, dando suporte no ordenamento jurídico. E de maneira resumida, vale ressaltar a Constituição de 1934, a primeira a estabelecer a tríplice do custeio, com contribuições do Estado, empregador e empregado. Em 1937 não ocorreram mudanças significativas, apenas foi utilizada a expressão “seguro social” para se referir a previdência social. E na Constituição de 1946, o uso do vocabulário “seguro social” foi diretamente substituído por previdência social (AMADO, 2017, p. 156).

Mas foi no ano de 1960 que a Previdência Social ganhou destaque, com a publicação da Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960, denominada Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS, que foi responsável pela unificação de todo o conjunto de leis existentes, no entanto, não trazia mudanças pois, o objetivo era uniformizar a multiplicidade de regras e, posteriormente, no ano de 1966, por intermédio do Decreto-lei n. 72, ocorreu a unificação dos institutos de aposentadorias e pensões das variadas categorias, dando origem ao Instituto Nacional de Previdência Social, o INPS. Cujo objetivo era possibilitar aos segurados atendimento amplo e diminuir a desigualdade de tratamento, porém, os domésticos e rurais permaneciam excluídos da Previdência Social (AMADO, 2017 p. 157).

Outro evento importante na trajetória da previdência, foi a promulgação da Lei n. 6.439, em 1977, que implantou no Brasil o Sistema de Previdência e Assistência

Social – SINPAS, criado para integrar as atividades da Previdência Social, da assistência social e da assistência médica (AMADO, 2017, p. 157).

O Sistema de Previdência e Assistência Social - SINPAS, era composto pelas seguintes instituições:

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, que tratava da concessão e manutenção dos benefícios; IAPAS – Instituto e Administração Financeira da Previdência Social, que cuidava da arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições previdenciárias; INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, que prestava assistência médica; LBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência, que prestava assistência social à população carente; FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que executava a política voltada para o bem-estar do menor; DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social, que cuida do processamento de dados da Previdência Social; CEME – Central de Medicamentos, que distribuía medicamentos gratuitamente ou a baixo custo. (GÓES, 2015 p. 3).

Em 1988, a Constituição Federal estabeleceu o sistema de Seguridade Social, sendo ele um objetivo da qual o Estado deve alcançar, com atuação concomitante nas prestações direcionadas à saúde, assistência social e previdência social. Com o novo sistema, as contribuições sociais, passaram a dar suporte as ações do Estado, custeando as três áreas, e não apenas a Previdência Social, como vinha ocorrendo. No entanto, embora a Constituição de 1988 tenha trazido inovações significativas, já havia disposição legal determinando a transferência de recursos da Previdência Social para a saúde antes denominado SUD – Sistema Único Descentralizado de Saúde e hoje intitulado de SUS – Sistema Único de Saúde (AMADO, 2017, p. 158).

Foi através da consagração do princípio da universalidade que a Constituição de 1988 assegurou a cobertura e atendimento ao sistema da seguridade social, conforme preceitua o art. 194 da CF/88:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.  
Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:  
I - universalidade da cobertura e do atendimento;  
II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;  
III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;  
IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;  
V - equidade na forma de participação no custeio;  
VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 2019).

No ano de 1990, com a promulgação da Lei n. 8.029, o SINPAS foi extinto e criada nova autarquia federal com as funções de arrecadação, pagamento dos benefícios e prestações de serviços, aos segurados e dependentes, o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. Esta passou a reunir as funções do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, que, como já fora mencionado, cuidava da concessão e manutenção dos benefícios, e do IAPAS – Instituto e Administração Financeira da Previdência Social, cujo tratava da arrecadação, contribuições e fiscalizações (AMADO, 2017, p. 158).

Finalmente, na data de 24 de julho de 1991, foram publicadas as leis de n. 8.212, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e do Plano de Custeio e, a lei de n. 8.213, que trata sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, das quais vigoram até os dias atuais, embora tenham sofrido diversas alterações ao longo dos anos (AMADO, 2017, p. 158).

No tocante a arrecadação de valores, fiscalização dos serviços, cobrança das contribuições e aplicação de penalidades, assim como a elaboração de regras relacionadas ao custeio da Seguridade Social, foram alocadas para a Secretaria da Receitas Federal, por intermédio da Lei n. 11.457/2007 (AMADO, 2017, p. 159).

## 2.2 SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITO E DIVISÃO A PARTIR DA CF/88

A Seguridade Social, trazida pela Carta Magna de 1988, permitiu a ramificação integrada de três vertentes de políticas sociais no Brasil, bem como introduziu os direitos sociais como universais e parte da condição de cidadania. Portanto, visa garantir os direitos concernentes à Saúde, Previdência Social e à Assistência Social, conforme determina o art. 194 e seguintes da Constituição (SILVA; VIEIRA, 2015, p. 300).

Nos ensinamentos de Castro e Lazzari (2017, p. 38), a seguridade social consiste em um regime de repartição, em que a sociedade como um todo, contribui para um fundo único previdenciário, que são retiradas prestações para dar suporte aqueles que, de forma inesperada, venham a ser atingidos por eventos previstos na legislação.

A Convenção N. 102 – Normas Mínimas da Seguridade Social, aprovada na 35ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra – 1952), explana:

Seguridade Social é a proteção que a sociedade proporciona a seus membros, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que, de outra forma, derivam do desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência como consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho ou enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice, e também a proteção em forma de assistência médica e ajuda às famílias com filhos (COM. N. 102, 1952).

Martins (2016, p. 22) elucida que, o Direito da Seguridade Social consiste em um conjunto de regras, princípios e instituições, cujo o objetivo é garantir um sistema de proteção social das pessoas contra infortúnios, que limitem os indivíduos de prover suas necessidades pessoais básicas e de seus familiares. Tal sistema é composto por ações da sociedade e dos poderes públicos, dando suporte e garantia dos direitos concernentes à saúde, à previdência social e à assistência social.

Como o presente trabalho ficará delimitado à Previdência Social, será apresentado apenas um breve conceito de assistência social e saúde, e maior ênfase ao conceito do tema em questão.

Na compreensão de Martins (2016, p. 22), a Assistência Social trata de atender os cidadãos hipossuficientes – aqueles desprovidos de recursos financeiros necessários para se sustentarem, e também para dar amparo aqueles que nunca contribuíram, conforme determinam os artigos 203 a 204 da Constituição Federal de 1988.

Enquanto que a área da Saúde, busca através de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado de forma direta ou indireta denominados políticas públicas, oferecer melhores condições, de modo que reduza os riscos de doenças e outros agravos, proporcionando suporte na recuperação da pessoa e proteção, como preceituam os artigos 196 e seguintes, da CF/88 (IBRAHIM, 2015, p. 8).

A Previdência Social corresponde a área que garante suporte aos cidadãos que venham sofrer eventualidades decorrentes de doença, velhice, invalidez, morte, desemprego, maternidade, por meio de contribuições realizadas por eles, possibilitando pensões, aposentadorias, entre outros (MARTINS, 2016, p. 22).

Ainda na visão de Martins (2016, p. 23), no tocante à Previdência Social:

Previdência vem de *pre videre*, ver com antecipação os riscos sociais e procurar compô-los. É a Previdência Social um conjunto de princípios, de normas e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência ao segurado e sua família, quando ocorrer certa contingência prevista em lei. (MARTINS, 2016, p. 21).

Parafraseando Castro e Lazzari (2017, p. 67):

Previdência Social é o sistema pelo qual, mediante contribuição, as pessoas vinculadas a algum tipo de atividade laborativa e seus dependentes ficam resguardadas quanto a eventos de infortúnica (morte, invalidez, idade avançada, doença, acidente de trabalho, desemprego involuntário), ou outros que a lei considera que exijam um amparo financeiro ao indivíduo (maternidade, prole, reclusão), mediante prestações pecuniárias (benefícios previdenciários) ou serviços. Desde a inserção das normas relativas ao acidente de trabalho na CLPS/84, e, mais atualmente, com a isonomia de tratamento dos beneficiários por incapacidade não decorrente de acidente em serviço ou doença ocupacional, entende-se incorporada à Previdência a questão acidentária. É, pois, uma política governamental (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 67).

Ademais, Castro e Lazzari (2017, p. 38) chamam atenção para os termos “Direito da Seguridade Social” e o “Direito Previdenciário”, pois ambos são comumente utilizados para referir-se ao mesmo conjunto de normas, porém, como mencionado acima, a seguridade social traz consigo maior abrangência, visto que é um gênero, cujo o termo “previdência” é considerado espécie.

No tocante ao conceito de Direito Previdenciário, Castro e Lazarri explicam:

O Direito Previdenciário, ramo do Direito Público, tem por objeto estudar, analisar e interpretar os princípios e as normas constitucionais, legais e regulamentares que se referem ao custeio da Previdência Social – que, no caso do ordenamento estatal vigente, também serve como financiamento das demais vertentes da Seguridade Social, ou seja, Assistência Social e Saúde –, bem como os princípios e normas que tratam das prestações previdenciárias devidas a seus beneficiários nos diversos Regimes existentes – não apenas o Regime Geral, mas também os Regimes Próprios de agentes públicos ocupantes de cargos efetivos (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 67).

Em resumo, esse instituto encontra-se positivado nos artigos 201 e 202 da CF/88, e também nas Leis n. 8.212/91 e n. 8.213/91. Entende-se, portanto, que a Previdência Social corresponde ao conjunto de ações e direitos destinados a proteger seus beneficiários de infortúnios e riscos sociais. Desse modo, o item a seguir será destinado aos princípios existentes na seguridade social que direcionam e dão suporte ao Direito Previdenciário (BRASIL, 2019).

## 2.3 PRINCÍPIOS: SEGURIDADE SOCIAL E ESPECÍFICOS

Toda norma jurídica é fundamentada com princípios, e o constituinte originário estabeleceu uma série de objetivos que regem a Seguridade Social, fixados em princípios e, também alguns específicos dos campos de atuação em que ela se ramifica.

Princípio, de acordo com os ensinamentos de Mello (2013, p. 98):

Princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a inteligência das diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo (MELLO, 2013, p. 98).

Em razão do objeto de estudo deste trabalho, serão apresentados apenas os objetivos gerais da seguridade social, bem como os princípios concernentes à previdência social.

No tocante aos chamados princípios constitucionais da Seguridade Social, o art. 194, da CF/88 e o art. 1º da Lei n. 8.212/91, determinam em sete incisos, quais sejam: I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 2019).

No que tange ao *princípio da universalidade da cobertura*, verifica-se que busca garantir a todos os indivíduos a mesma cobertura em relação aos riscos sofridos, e em relação ao *princípio da universalidade do atendimento*, significa que a seguridade social deverá garantir a todos os cidadãos residentes no país, estrangeiros ou não, o atendimento adequado, conforme cada caso, sendo vedada qualquer distinção. Dessa forma, garante a todos que vivem no Brasil o mínimo indispensável à sobrevivência, sem distinções (AMADO, 2017, p. 34).



A *uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais*, determina que os benefícios e serviços sejam os mesmos, sem distinção, vedando distinções entre as categorias. Isto porque, até a CF/88, existiam dois regimes de previdência, o rural e o urbano (LENZA, 2013, p. 45)

No que concerne ao princípio da *seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços*, Amado (2017, p. 34), ensina que as coberturas dos riscos sociais deverão ser selecionadas, sendo os mais relevantes visados para melhor otimização administrativa dos recursos, uma vez que, não há condições financeiras para cobrir todos os eventos.

Desse modo, conforme se opera o desenvolvimento econômico do país, o princípio assegura que o Poder Público deverá expandir de maneira proporcional a cobertura da seguridade social, de acordo com a capacidade financeira do ente público (AMADO, 2017, p. 34).

Além disso, o *princípio da seletividade*, assegura que a administração pública irá escolher os indivíduos que receberão as prestações da seguridade, observando-se as necessidades sociais, por outro lado, a *distributividade* é o instrumento que garante a distribuição de riqueza, permitindo que os mais necessitados sejam contemplados por intermédio da seguridade social (LENZA, 2013, p. 46).

Castro e Lazzari (2017, p. 87), afirmam que o referido princípio consiste na atividade do poder estatal que garante benefícios a quem efetivamente necessite, e por esta razão, deve a Seguridade Social determinar os requisitos para a concessão dos serviços.

Pelo *princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios*, equivale a impossibilidade de se reduzir valores de salários e de benefícios legalmente concedidos, tanto pela Previdência Social quanto pela Assistência Social, salvo os determinados por lei ou ordem judicial. (CASTRO; LAZZARI, 2017 p. 87).

O *princípio da equidade na forma de participação no custeio*, é corolário do Princípio da Isonomia e do Princípio da Capacidade Contributiva, pois, assegura que a seguridade social deverá ser ampla, e para isso, determina que as pessoas que mais dispuserem de recursos financeiros deverão contribuir de maneira mais acentuada (AMADO, 2017, p. 36).

Em concordância com Castro e Lazzari (2017, p. 87), para a seguridade social garantir aos hipossuficientes proteção social, se faz necessário uma participação equitativa, e com a adoção deste princípio é possível exigir contribuições equivalentes ao poder aquisitivo de cada indivíduo.

Em relação ao *princípio da diversidade da base de financiamento*, Lenza (2013, p. 47), ensina que a receita da seguridade deverá ser proveniente de várias fontes pagadoras, bem como é de responsabilidade de toda a comunidade, conforme determina o artigo 195, da Constituição Federal de 1988:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais [...] (BRASIL, 2019).

Amado (2017, p. 38) elucida, que no Brasil a base de financiamento da Seguridade Social é tradicionalmente a tríplice custeio, com participação do Poder Público, empregador e empregado. Todavia, a *diversidade da base de financiamento*, permite a criação de outras fontes para custear a seguridade, desde que realizada a criação mediante lei complementar.

No que se refere ao *princípio do caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados*, Castro e Lazzari (2017, p. 87-88), explanam:

“VII – Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados – A gestão dos recursos, programas, planos, serviços e ações nas três vertentes da Seguridade Social, em todas as esferas de poder, deve ser realizada mediante discussão com a sociedade. Para isso, foram criados órgãos colegiados de deliberação: o Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, criado pelo art. 3º da Lei n. 8.213/1991, que discute a gestão da Previdência Social; o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, criado pelo art. 17 da Lei n. 8.742/1993, que delibera sobre a política e ações nesta área; e o Conselho Nacional de Saúde – CNS, criado pela Lei n. 8.080/1990, que discute a política de saúde. Todos estes conselhos têm composição paritária e são integrados por representantes do Governo, dos trabalhadores, dos empregadores e dos aposentados (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 87-88).

Em relação aos princípios basilares da Previdência Social, o próprio texto constitucional, em seu art. 201, discorre sobre os mais importantes, ao determinar que

a previdência social será organizada sob regime geral, com caráter contributivo e de filiação obrigatória (BRASIL, 2019).

O *caráter contributivo* estabelece que os benefícios e serviços da previdência serão conferidos à título oneroso, não sendo, portanto, fornecidos de maneira gratuita. Para usufruir, além de estar no estado de necessidade, para que a pessoa tenha o direito, exige-se que ela seja contribuinte – segurado do regime de qualquer dos regimes da previdência. Desse modo, não há no ordenamento jurídico brasileiro regime previdenciário que admita a utilização de benefícios ou serviços sem a contribuição (AMADO, 2017, p. 90).

O princípio da *filiação obrigatória* consiste na vinculação automática da pessoa que exerça uma atividade laborativa remunerada à previdência social. Tal vinculação diz respeito ao segurado obrigatório, aquele que exerce trabalho remunerado. Há exceções, em relação ao servido público, cujo está vinculado a Regime Próprio da Previdência Social e os segurados facultativos (AMADO, 2017 p. 90).

Como explicam Castro e Lazzari (2017, p. 89), constam na Carta Magna mais alguns princípios que norteiam a relação previdenciária. Tal como o *princípio do equilíbrio financeiro e atuarial*, cujo trata do equilíbrio entre as despesas e receitas na Previdência Social, devendo atentar para a relação entre o custeio e pagamento dos benefícios e serviços a curto e longo prazo, com o objetivo de manter o sistema em condições para atender a demanda.

O *princípio da garantia do benefício mínimo*, como esclarecem Castro e Lazzari (2017, p. 90), a Constituição Federal, no parágrafo 2º do art. 201, determina que a renda mensal não deve ser inferior ao salário mínimo. Embora exista forte discussão acerca do tema, em épocas de ajustes do valor do salário mínimo, entendem que o beneficiário deve fazer jus a um percentual cujo atenda suas necessidades básicas, que devem ser cobertas pelo valor do benefício, assim como ocorre com o salário mínimo.

O *princípio da correção monetária dos salários de contribuição*, previsto no parágrafo 3º da CF/88, garante ao beneficiário, que o salário de contribuição – que significa a remuneração do trabalhador sobre a qual incidiu a contribuição previdenciária, deve ser atualizado e corrigido monetariamente, a fim de evitar

alterações no valor do benefício recebido pelo segurado em razão das mudanças econômicas que venham ocorrer (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 90).

Extraí-se dos ensinamentos de Castro e Lazzari (2017, p. 90) ainda, o *princípio da preservação do valor real dos benefícios*, mencionado no art. 201, parágrafo 4º, CF/88, para assegurar o reajustamento dos valores pagos à título de benefício, para preservar o caráter permanente e o valor real, para que a inflação acumulada, com o passar dos anos, não impossibilite os beneficiários do poder de compra, com aquele valor fixado no primeiro momento.

Em relação ao *princípio da previdência complementar facultativa*, embora o regime previdenciário seja compulsório e universal, é admitida a participação privada na atividade de seguros, servindo como complemento ao regime oficial e em caráter não obrigatório, ou seja, facultativo para os segurados (AMADO, 2017, p. 260).

Importante mencionar ainda, o *princípio da indisponibilidade dos direitos dos benefícios*, pois, garante aos segurados, a efetivação dos direitos adquiridos, e impede que os benefícios previdenciários sofram penalidades como penhora, sequestro, descontos indevidos, entre outros, garantindo, portanto, sua preservação (AMADO, 2017, p. 267).

É importante lembrar ainda, os Princípios Gerais do Direito Previdenciário, são eles: solidariedade, princípio da vedação ao retrocesso social e da proteção ao hipossuficiente.

No que tange ao *princípio da solidariedade*, Castro e Lazzari (2017, p. 85), fundamentam:

I – Princípio da solidariedade – a Previdência Social se baseia, fundamentalmente, na solidariedade entre os membros da sociedade.<sup>3</sup> Assim, como a noção de bem-estar coletivo repousa na possibilidade de proteção de todos os membros da coletividade, somente a partir da ação coletiva de repartir os frutos do trabalho, com a cotização de cada um em prol do todo, permite a subsistência de um sistema previdenciário. Uma vez que a coletividade se recuse a tomar como sua tal responsabilidade, cessa qualquer possibilidade de manutenção de um sistema universal de proteção social. Ressalta Daniel Machado da Rocha que “a solidariedade previdenciária legitima-se na ideia de que, além de direitos e liberdades, os indivíduos também têm deveres para com a comunidade na qual estão inseridos”,<sup>4</sup> como o dever de recolher tributos (e contribuições sociais, como espécies destes), ainda que não haja qualquer possibilidade de contrapartida em prestações (é o caso das contribuições exigidas dos tomadores de serviços).<sup>5</sup> Envolve, pelo esforço individual, o movimento global de uma comunidade em favor de uma minoria – os necessitados de proteção – de forma anônima (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 85).

O *princípio da vedação do retrocesso social*, consiste na proibição da redução dos implementos de direitos fundamentais sociais já realizados. Garante que os direitos sociais já alcançados e contemplados não sejam reduzidos, seja no seu alcance, como o número de pessoas abrangidas, seja na quantidade, como os valores concedidos os segurados, com o intuito de preservar o mínimo existencial (AMADO, 2017, p. 265).

E no que se refere ao *princípio da proteção ao hipossuficiente*:

III – Princípio da proteção ao hipossuficiente – ainda que não aceito de modo uniforme pela doutrina previdenciária, vem sendo admitido com cada vez mais frequência o postulado de que as normas dos sistemas de proteção social devem ser fundadas na ideia de proteção ao menos favorecido. Na relação jurídica existente entre o indivíduo trabalhador e o Estado, em que este fornece àquele as prestações de caráter social, não há razão para gerar proteção ao sujeito passivo – como, certas vezes, acontece em matéria de discussões jurídicas sobre o direito dos beneficiários do sistema a determinado reajuste ou revisão de renda mensal, por dubiedade de interpretação da norma. Daí decorre, como no Direito do Trabalho, a regra de interpretação *in dubio pro misero*, ou pro operário, pois este é o principal destinatário da norma previdenciária. Observe-se que não se trata de defender que se adote entendimento diametralmente oposto na aplicação das normas, por uma interpretação distorcida dos enunciados dos textos normativos: o intérprete deve, dentre as várias formulações possíveis para um mesmo enunciado normativo, buscar aquela que melhor atenda à função social, protegendo, com isso, aquele que depende das políticas sociais para sua subsistência (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 86).

Por fim, o princípio da proteção ao hipossuficiente incumbe às normas previdenciárias a obrigação de serem interpretadas em favor dos menos favorecidos, uma vez que, de modo geral, são os principais destinatários da Previdência Social.

### 3. PROGRAMA DE REVISÃO INTITULADO PENTE-FINO – MP 871/2019

Neste capítulo, importante destacar inicialmente o conceito de medida provisória e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. Em seguida, será apresentada a Medida Provisória 871/2019, denominada Pente-Fino, que Instituiu o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, O Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, bem como pontuar as principais mudanças ocasionadas nos benefícios concedidos à título de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, considerando que são alguns dos benefícios que os programas pretendem revisar, e que fazem parte do objeto de estudo do presente trabalho.

#### 3.1 MEDIDA PROVISÓRIA

O constituinte originário conferiu ao Presidente da República a edição de medida provisória quando: “Art. 62. *Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional*”. Além disso, define os assuntos e temas sobre os quais não se pode realizar medida provisória (BRASIL, 2019).

As medidas provisórias são consideradas normas, com força de lei, criadas em situações de urgência e relevância, pelo Presidente da República. Possui efeitos jurídicos imediatos, determinados na Constituição Federal de 1988, no entanto, necessitam de posterior apreciação pelo Congresso Nacional para sua conversão efetiva em lei ordinária (BRASIL, 2019).

Possui prazo inicial de vigência de sessenta dias, podendo ser prorrogado automaticamente por igual período uma vez, caso não seja realizada a conclusão da votação nas duas Casas do Congresso. Além disso, se a medida provisória não for aprovada dentro do prazo de quarenta e cinco dias, entra em regime de urgência, ocasionando a tranca da pauta de votações da casa em que se encontrar durante o encerramento do prazo de apreciação (BRASIL 2019).

O processo legislativo da qual a medida provisória passará, consiste, inicialmente na criação de uma comissão mista, que será formada por senadores e deputados, onde realizarão um parecer sobre a aprovação ou não da MP. Em seguida, o texto será dirigido para o Plenário da Câmara e, posteriormente, para o Plenário do Senado (BRASIL, 2019).

Se ocorrer a rejeição do texto interposto através da medida provisória, seja pela Câmara ou pelo Senado, ou até mesmo, se vir a perder a eficácia, será necessário a edição de um decreto legislativo para delimitar os efeitos jurídicos alcançados durante sua vigência. No entanto, se ocorrer mudança no texto inicial, a MP passará a tramitar no congresso como projeto de lei de conversão. (BRASIL, 2019).

Após a elaboração do procedimento mencionado acima, realizada a aprovação, nas duas casas, da medida provisória ou do projeto de lei de conversão, o conteúdo é encaminhado ao Presidente da República para sancionar, dispondo de prerrogativa para vetar integral ou parcialmente, se ocorrer divergências nas alterações realizadas pelo Congresso (BRASIL, 2019).

### 3.2 PROGRAMA DE REVISÃO – MEDIDA PROVISÓRIA 871/2019

Em tempos de reforma da Previdência Social, fora publicado no Diário Oficial da União, no dia 18 de janeiro de 2019, a Medida Provisória 871/2019, intitulada Pente-Fino, que dispõe sobre inúmeras mudanças que impactarão de forma significativa a vida dos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social. Apresentada pelo governo federal como uma ferramenta para sanar e coibir crimes contra o INSS, a proposta busca reduzir os custos com a Previdência Social a partir da análise dos benefícios concedidos aos segurados, sob o principal argumento de combate às fraudes, assim como para diminuir o déficit (BRASIL 2019).

O Plenário do Senado aprovou na data de 03 de junho de 2019 a MP 871/2019, objeto de estudo, na forma do Projeto de Lei de Conversão – PLV 11/2019, seguindo para a sanção, e convertida na Lei n. 13.846/2019 em 18 de junho de 2019 (BRASIL, 2019).

Para alcançar os objetivos propostos, a MP criou o Programa Especial para análise de benefícios com indícios de irregularidade, com o intuito de analisar

processos que apresentem indícios de irregularidade e potencial risco de realização de gastos indevidos na concessão de benefícios administrados pelo INSS e, o Programa de Revisão de benefícios por incapacidade, com a finalidade de revisar os benefícios por incapacidade mantidos sem perícia por período superior a seis meses e sem data de cessação estipulada ou indicação de reabilitação profissional, além de outros benefícios de natureza previdenciária, assistencial, trabalhista ou tributária (BRASIL, 2019).

Para a execução dos programas, a Medida Provisória 871/2019 dispõe:

Art. 2º Para a execução dos Programas de que trata o art. 1º, ficam instituídos, até 31 de dezembro de 2020:

I - o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios - BMOB; e

II - o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade – BPMBI (BRASIL, 2019).

Contemplando o dispositivo acima, observa que a MP estabeleceu gratificações aos servidores e peritos médicos do Instituto Nacional do Seguro Social que identificarem fraudes nos benefícios concedidos aos segurados.

Nas palavras de Oliveira (2019), no Programa Especial, cada processo concluído, o técnico ou analista do INSS, receberá a gratificação no valor de R\$ 57,50 (cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), que corresponde ao bônus de desempenho institucional por análise de benefícios com indícios de irregularidade do monitoramento operacional de benefícios – BMOB.

Conforme determina o texto da norma MP 871/2019:

Art. 3º O BMOB será devido aos ocupantes dos cargos de Analista do Seguro Social e de Técnico do Seguro Social da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, que estejam em exercício no INSS e concluíam a análise de processos do Programa Especial.

§ 1º As apurações referentes aos benefícios administrados pelo INSS poderão ensejar o pagamento do BMOB.

§ 2º A análise de processos de que trata o caput deverá representar acréscimo real à capacidade operacional regular de realização de atividades do INSS, conforme estabelecido em ato do Presidente do INSS.

§ 3º A seleção dos processos priorizará os benefícios mais antigos, sem prejuízo dos critérios estabelecidos no art. 9º.

Art. 4º O BMOB corresponderá ao valor de R\$ 57,50 (cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) por processo integrante do Programa Especial concluído, conforme estabelecido em ato do Presidente do INSS na forma prevista no art. 3º (BRASIL, 2019).



Ademais, para os peritos e médicos, o Programa de Revisão assegura a gratificação de R\$ 61,72 (sessenta e um reais e setenta e dois centavos), para cada processo concluído, à título de bônus de desempenho institucional por perícia médica em benefícios por incapacidade sem perícia médica há mais de seis meses e sem data de encerramento estipulada ou indicação de reabilitação profissional – o BPMBI (OLIVEIRA, 2019).

Art. 10. O BPMBI será devido aos ocupantes dos cargos de Perito Médico Federal, da Carreira de Perito Médico Federal, de Perito Médico da Previdência Social, integrante da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, de que trata a Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004, e de Supervisor Médico-Pericial, integrante da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, para cada perícia médica extraordinária realizada no âmbito do Programa de Revisão, na forma estabelecida em ato do Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

§ 1º O ato do Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia a que se refere o caput disporá sobre os critérios para seleção dos benefícios objeto das perícias extraordinárias e abrangerá:

I - benefícios por incapacidade mantidos sem perícia pelo INSS por período superior a seis meses e que não possuam data de cessação estipulada ou indicação de reabilitação profissional;

II - benefícios de prestação continuada sem revisão por período superior a dois anos; e

III - outros benefícios de natureza previdenciária, assistencial, trabalhista ou tributária concedidos até a data de publicação desta Medida Provisória.

§ 2º Para fins do disposto no caput, perícia médica extraordinária será aquela realizada além da jornada de trabalho ordinária e que represente acréscimo real à capacidade operacional regular de realização de perícias médicas.

§ 3º Poderá haver o pagamento do BPMBI na hipótese de acompanhamento por médico perito de processos judiciais de benefícios por incapacidade.

Art. 11. O BPMBI corresponderá ao valor de R\$ 61,72 (sessenta e um reais e setenta e dois centavos) por perícia extraordinária realizada, na forma prevista no art. 10 (BRASIL, 2019).

Em relação ao Programa Especial, no que se refere aos indícios de irregularidades, o artigo 8º da MP 871/2019, esclarece:

Art. 8º São considerados processos com indícios de irregularidade integrantes do Programa Especial aqueles com potencial risco de gastos indevidos e que se enquadrem nas seguintes hipóteses, sem prejuízo das disposições previstas no ato de que trata o art. 9º:

I - potencial acúmulo indevido de benefícios indicado pelo Tribunal de Contas da União ou pela Controladoria-Geral da União;

II - potencial pagamento indevido de benefícios previdenciários indicados pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União;

III - processos identificados na Força-Tarefa Previdenciária, composta pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal e pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

IV - suspeita de óbito do beneficiário;

V - benefício de prestação continuada previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com indícios de irregularidade identificados em auditorias do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e em outras avaliações realizadas pela administração pública federal; e  
VI - processos identificados como irregulares pelo INSS (BRASIL, 2019).

Cardoso e Júnior (2019), acrescentam que o objetivo primordial da MP 871/2019 é revisar administrativamente todos os benefícios concedidos por incapacidade. Afirmam ainda que as propostas de mudanças para alcançar este objetivo se iniciaram com a MP 739/2016, e em seguida foi mantida pela MP 767/2017, que criaram o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade – BESP – PMBI.

A Medida Provisória 767/2017, estabeleceu as primeiras regras do chamado programa Pente-Fino do Instituto Nacional do Seguro Social, posteriormente convertida na Lei n. 13.457/17 (OLIVEIRA, 2017).

Para dar continuidade ao programa de revisão, a Medida Provisória 871/2019 instituiu os programas BMOB, para quaisquer benefícios do RGPS e o BPMBI, direcionado para a revisão dos benefícios por incapacidade, quais sejam: auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez (CARDOSO; JÚNIOR, 2019).

Desse modo, em consequência da norma, todo benefício por incapacidade mantido pelo Instituto Nacional do Seguro Social por período superior a 6 (seis) meses poderá ser objeto de revisão administrativa, sem restrições nas escolhas dos benefícios por incapacidade, uma vez que a MP 871/2019 revogou os dispositivos que asseguravam a dispensa de revisão em certos casos (CARDOSO; JÚNIOR, 2019).

A seguir serão abordados os benefícios por incapacidade laboral, que correspondem aos concedidos nos casos de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, cujo representam alguns dos objetivos a serem analisados pelos programas de revisão proposto pela medida. Os demais deixaremos de analisar pontualmente, por não fazerem parte do estudo.

### 3.3 BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE LABORAL

A Previdência Social garante proteção aqueles que se encontrem em situação de incapacidade para exercer atividade laborativa e que consequentemente

não conseguem prover sua subsistência. Para esses casos, a previdência dispõe dos benefícios de auxílio-doença, que corresponde a incapacidade temporário; a aposentadoria por invalidez, nos casos em que a incapacidade é permanente ou definitiva, de modo que impeça a reabilitação do cidadão no mercado de trabalho; e o auxílio-acidente, cujo proporciona uma indenização pela perda definitiva de uma parcela da capacidade para exercer o trabalho (CASTRO; LAZZARI, 2017. p. 493).

### **3.3.1 Auxílio-doença**

O benefício do auxílio-doença é garantido ao indivíduo na qualidade de segurado que se encontra impossibilitado de trabalhar por doença ou acidente, e ainda por prescrição médica – como é o caso de gravidez de risco. Não é programado e decorre de uma incapacidade temporária do segurado. É previsto na Constituição Federal de 1988 no art. 201, inciso I, artigos 59 ao 63, da Lei n. 8.213/1991, artigos 71 a 80 do Decreto n. 3.048/1999 (IBRAHIM, 2015, p. 640).

Para adquirir o benefício auxílio-doença o segurado deverá obrigatoriamente estar incapacitado para a atividade laborativa habitual por mais de quinze dias, além de ter exercido a contribuição pelo prazo mínimo de doze meses anteriores à data da concessão do benefício, denominado prazo de carência (SANTOS, 2013, p. 460).

Nos ensinamentos de Strazzi (2017), o auxílio-doença não deve ser confundido com o auxílio-acidente, uma vez que este é um benefício de natureza indenizatória, que irá beneficiar o segurado que está parcial ou permanentemente incapaz de exercer suas funções, em outras palavras, aquele que ficou com sequelas permanentes. Por outro lado, o auxílio-doença é um benefício previdenciário ao segurado, que se encontra total ou parcialmente, e de forma temporária, incapacitado para exercer as atividades cotidianas.

Como bem explana o art. 59, da Lei n. 8.213/1991:

Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

§ 1º Não será devido o auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, exceto quando a incapacidade sobrevier por motivo

de progressão ou agravamento da doença ou da lesão. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 871, de 2019\)](#)

§ 2º Não será devido o auxílio-doença para o segurado recluso em regime fechado. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 871, de 2019\)](#)

§ 3º O segurado em gozo de auxílio-doença na data do recolhimento à prisão terá o benefício suspenso. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 871, de 2019\)](#)

§ 4º A suspensão prevista no § 3º será de até sessenta dias, contados da data do recolhimento à prisão, cessado o benefício após o referido prazo. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 871, de 2019\)](#)

§ 5º Na hipótese de o segurado ser colocado em liberdade antes do prazo previsto no § 4º, o benefício será restabelecido a partir da data da soltura (BRASIL, 2019).

Castro e Lazzari (2017, p. 495), elucidam que para a concessão do auxílio-doença, é obrigatório a comprovação da incapacidade em exame realizado por médico perito da Previdência Social, após o prazo de 15 dias, pois os primeiros 15 dias, caberá a empresa que dispuser de serviço médico próprio ou por intermédio de convênio, a realização do exame médico, e conseqüentemente o abono das faltas dos primeiros quinze dias que o segurado permaneceu afastado. Se a empresa não possuir médico ou convênio, a incapacidade deverá ser comprovada por médico da previdência, sindicato ou de entidade pública.

Ibrahim (2015, p. 641), ensina que a prestação deste benefício depende de análise médica que compete privativamente aos ocupantes do cargo de perito médico da Previdência Social. Além disso, o benefício cobrirá o risco que corresponde a incapacidade para o trabalho. Afirma ainda, que a doença apenas, não garante a concessão e o recebimento do benefício. A prova para ser concedido é a incapacidade para exercer atividade laboral pois, um segurado pode ser portador de uma doença, mas não estar incapacitado para o trabalho.

Considerando que a Previdência Social funciona, de maneira simplificada, como uma forma de seguro, ela apenas cobrirá os eventos a partir do início da relação jurídica. Sendo assim, se faz necessário diferenciar a data do início da doença – DID e a data do início da incapacidade – DII (STRAZZI, 2017).

Como se observa no art. 59, parágrafo 1º, da Lei n. 8.213/1991, para a concessão do benefício em questão, a Previdência Social não cobrirá doenças e lesões que já tenham ocasionado a incapacidade com data anterior ao início da cobertura previdenciária. Em outras palavras, o indivíduo que já estiver doente no momento que se tornar segurado ou readquirir a qualidade de segurado, sem se tornar incapaz ainda, terá direito ao benefício de auxílio-doença, se comprovada a progressão, agravamento da doença ou lesão (AMADO, 2017, p. 831).

Castro e Lazzari (2017, p. 509) ensinam, para o segurado que já seja portador de alguma enfermidade incapacitante, antes de sua filiação ao RGPS, não será concedido o benefício de auxílio-doença. Apenas, se houver o agravamento ou progressão da enfermidade após a volta do segurado na atividade laborativa. E ainda, segundo a Súmula n. 53 do TNU *“Não há direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade para o trabalho é preexistente ao reingresso do segurado no Regime Geral de Previdência Social”*.

No que se refere ao valor da qual o segurado fará jus, o INSS utiliza de duas maneiras para se chegar ao montante do percentual a ser percebido pelo segurado. A primeira forma, calcula-se a média das 80% (oitenta por cento) das maiores contribuições do segurado desde julho/1994 – início do Plano Real, e o valor da média, multiplica-se por 0,91, tendo-se o valor a ser recebido o equivalente à 91% (noventa e um por cento) da média. A segunda maneira, será somado as 12 (doze) últimas contribuições, a soma, divide-se por 12 (doze), e o resultado multiplica-se por 0,91. Chegando-se também ao percentual de 91% da média (AMADO, 2017, p. 849).

Realizados os dois cálculos, o INSS irá conceder ao segurado o menor valor à título de benefício de auxílio-doença, denominado RMI – Renda Mensal Inicial. No que se refere aos segurados especiais – trabalhador rural, pescador, lavrador, o benefício de auxílio-doença corresponde ao valor de um salário mínimo (AMADO, 2017, p. 849).

A data do início do benefício, para o segurado empregado será a partir do 16º dia da incapacidade, desde que faça o requerimento até o 30º dia da incapacidade e, para aqueles que realizarem o requerimento após o trigésimo dia do início da incapacidade, será devido o benefício da data do requerimento (BRASIL, 2019).

Para os outros segurados, será devido a partir do primeiro dia da incapacidade, quando solicitado até o 30º dia da incapacidade ou quando a solicitação ocorrer após o trigésimo dia, será devido da data do requerimento. Além disso, o Decreto n. 3.048/1999, art. 76, determina que o INSS deverá conceder de ofício quando tomar ciência da incapacidade sem previa solicitação (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 509).

Castro e Lazzari (2017 p.510), elucidam que o prazo para recebimento do benefício é indeterminado, cessando apenas com a transformação dele em aposentadoria, morte do segurado, ou cessação da incapacidade para o trabalho.

Entretanto, com a entrada em vigor da MP 871/2019, o prazo para o recebimento dos benefícios por incapacidade mantidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social, sem perícia médica, por tempo superior a 6 (seis) meses, e sem data de cessação ou data com indicação de reabilitação profissional, serão revisados, de modo que, o segurado que receber correspondência do INSS, deverá agendar a avaliação, que consiste na realização de nova perícia médica, que determinará se o beneficiário continuará a receber ou se o benefício previdenciário será cancelado (BRASIL, 2019).

Por fim, recorda-se que o segurado possui a obrigatoriedade de pagar um número mínimo de prestações para ter direito aos benefícios da Previdência Social, período denominado carência. Previsto no artigo 24, da Lei n. 8.213/91: “Art.24. Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências” (BRASIL, 2019).

Para assegurar maior proteção ao segurado, quando ele deixa de realizar os pagamentos das contribuições à Previdência Social, seja por desemprego ou outro motivo que impossibilite o recolhimento das contribuições, a lei assegura um período adicional ao segurado – após a cessação dos pagamentos, chamado período de graça, e somente após o decurso dele, o indivíduo perderá a qualidade de segurado, deixando de ter direito aos benefícios e serviços do Regime Geral da Previdência Social (IBRAHIM, 2015, p. 154).

Com a edição da MP 871/19, no que se refere aos prazos de carência de reingresso ao RGPS, ou seja, nos casos que ocorreram a perda da qualidade de segurado, para os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, passaram de 6 (seis) contribuições para 12 (doze) contribuições (BRASIL, 2019).

### **3.3.2 Aposentadoria por invalidez**

Previsto no art. 42 da Lei n. 8.213 de 1991, será concedido quando:

Art. 42.A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição (BRASIL, 2019).

Nas palavras de Amado (2017 p. 665) a aposentadoria por invalidez é o benefício que garante ao segurado o recebimento de um valor mensal, quando este apresentar incapacidade total e permanente, estando impedido de exercer atividade laborativa e sem possibilidade de reabilitação para o trabalho ou outra profissão, no entanto, pago enquanto persistir a incapacidade, devendo ser avaliado por perícia médica realizada pelo INSS.

Lenza (2013, p. 347) explica que “[...] a invalidez tem definição legal: incapacidade total e impossibilidade de reabilitação para o exercício de atividade que garanta a subsistência do segurado”.

Castro e Lazzari (2017 p. 510), explanam:

Nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/1991, a aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 510).

Nos ensinamentos de Amado (2017, p. 667), no que se refere a incapacidade do segurado:

Em regra, para a concessão deste benefício, será imprescindível que o segurado esteja incapacitado de maneira total e permanente para o exercício do trabalho, bem como não haja possibilidade plausível de ser reabilitado para outra atividade laborativa, compatível com as suas restrições físicas ou psíquicas decorrentes do acidente ou enfermidade (AMADO, 2017, p. 667).

São considerados beneficiários todos os segurados do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, para a aposentadoria por invalidez previdenciária, e nos casos em que a invalidez decorre de acidente de trabalho, serão segurados somente os empregados (CASTRO; LAZZARI, 2017 p. 518).

O prazo de carência para a concessão do benefício será de 12 (doze) contribuições mensais, porém a lei possibilita algumas situações que excluem o período de carência, como quando ocorrer acidente de qualquer natureza, acidente ou doença de trabalho, bem como o art. 151 da Lei n. 8.213/1991, cujo enumera doenças, consideradas exceções, sem período de carência para a solicitação e o deferimento da aposentadoria por invalidez (IBRAHIM, 2015, p. 593).

Destarte prescreve:

Art. 151. Até que seja elaborada a lista de doenças mencionada no inciso II do art. 26, independe de carência a concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids) ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada (BRASIL, 2019).

Assim como ocorre no auxílio-doença, o benefício da aposentadoria por incapacidade não será concedido quando ocorrer enfermidade preexistente à filiação ao RGPS, salvo nos casos de agravamento ou progressão da incapacidade após o início das atividades no trabalho que vinculou o segurado (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 519).

Ainda, conforme os ensinamentos de Castro e Lazzari (2017, p. 519) “É devido o benefício, mesmo que a enfermidade seja diagnosticada durante o período de graça de que trata o art. 15 da Lei n. 8.213/1991”.

No que se refere a data de início do benefício, Ibrahim (2015, p. 592), explicam que poderá ocorrer de duas maneiras. Poderá ser concedido o benefício quando, o segurado estiver recebendo auxílio-doença e, este se transformar em aposentadoria por invalidez, sendo a data de início a partir do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença e transformado em aposentadoria.

E nos casos em que a aposentadoria não ocorrer mediante transformação do auxílio-doença, será devido o benefício, para o segurado empregado doméstico, avulso, contribuinte individual, especial e facultativo a partir do dia do início da incapacidade, ou da data de entrada do requerimento – quando o pedido é realizado após o trigésimo dia da ocorrência da incapacidade (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 513).

E no que se refere aos segurados empregados, a data de início começa a partir do 16º (décimo sexto) dia do afastamento da atividade laborativa, ou a partir da data do requerimento junto ao INSS – quando realizado após trinta dias de afastamento. Importante lembrar que os primeiros 15 dias de afastamento do empregado, serão de responsabilidade do empregador, devendo a empresa pagar o salário ao segurado empregado (IBRAHIM, 2015, p. 593).



A renda mensal inicial que será paga ao beneficiário, nas palavras de Castro e Lazzari (2017, p. 514):

A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% do salário de benefício, o qual consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% do período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994 até a data de início do benefício (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 514).

Desse modo, para os segurados inscritos na Previdência Social a partir da Lei n. 9.876, de 29 de novembro 1999, o salário do benefício será calculado a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% do período de contribuição, sendo o valor corrigido a cada mês (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 519).

Nos casos em que a filiação à Previdência Social ocorreu anterior a lei mencionada acima, ou seja, até a data de 28 de novembro de 1999, o salário do benefício será calculada a média aritmética simples dos 80% dos maiores salários, desde julho de 1994. E em relação ao segurado especial, caso faça contribuição de forma facultativa sobre um salário de contribuição maior do que um salário mínimo, será aplica a regra acima, se não houver contribuição do segurado, o benefício será de um salário mínimo (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 519).

Amado (2017, p. 686) também ensina que a aposentadoria por invalidez é cabível ao segurado incapaz e que se encontre insusceptível de reabilitação para qualquer atividade que lhe seja capaz de garantir subsistência. Possui prazo de carência para auferir o benefício 12 (doze) contribuições mensais e, o valor da renda mensal inicial corresponde a 100% do salário de benefício.

Nos ensinamentos de Ibrahim (2015, p. 594), e como mencionado acima, o RMI será sempre no valor de 100% do salário de benefício, no entanto, o percentual da renda mensal inicial poderá ter acréscimos de 25% do salário do benefício, quando for comprovada a necessidade permanente do segurado, da ajuda de terceiros.

A duração da aposentadoria por invalidez possuía prazo indeterminado. Ocorrendo a cessação do benefício quando da recuperação da capacidade para exercer a atividade laborativa ou com a morte do segurado (AMADO, 2017, p. 687).

Em 2017, com a Medida Provisória 767/2017, o segurado cujo encontrava-se aposentado por invalidez, a qualquer tempo poderia ser chamado junto a

Previdência Social para avaliação das condições que ensejaram o afastamento dele da atividade laborativa ou aposentadoria, seja a concessão judicial ou administrativa. Além de isentar os segurados com mais de 60 (sessenta anos) da avaliação (BRASIL, 2019)

Com a edição da MP 871/2019, os benefícios concedidos por incapacidade passaram a ter tratamento diferente, como fora menciona também no item que trata sobre o auxílio-doença. A aposentadoria por invalidez, mantida pelo INSS, sem perícia médica, por tempo superior a 6 (seis) meses, e sem data para cessar ou de indicação para a reabilitação para voltar ao mercado de trabalho, serão chamados através de notificação pelo Instituto Nacional do Seguro Social, para revisão e reavaliação (BRASIL, 2019).

A medida provisória havia revogado o dispositivo da Lei n. 8.213/91, que dispensava os beneficiários com mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade ou que estivessem recebendo benefício por mais de 15 (quinze) anos – da data da concessão. Com a revogação, não haveriam mais restrições na escolha dos benefícios por incapacidade. Entretanto, a Lei n. 13.847/2019 de 19 de junho de 2019, voltou atrás e introduziu novamente, no artigo 101, parágrafo 1º, inciso I, da Lei n. 8.213/1991, que isenta o aposentado por invalidez que não tenha retomado às atividades, do exame pericial que: “I - após completarem cinquenta e cinco anos ou mais de idade e quando decorridos quinze anos da data da concessão da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a precedeu; ou [...]”.

Por fim, em relação aos prazos de carência, a medida estabeleceu, como já fora mencionado no item que trata do auxílio-doença, o mínimo de 12 (doze) contribuições e não mais seis, como prazo de carência de reingresso ao Regime Geral de Previdência Social (BRASIL, 2019).

#### **4. DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO ENQUANTO JUSTIFICATIVA PARA A EDIÇÃO DA MP 871/2019**

Nos itens a seguir será apresentado de maneira breve, não pretendendo esgotar a matéria, o conceito da atividade médica pericial, bem como será descrito os cargos que compõe o quadro de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social, e suas respectivas funções. Em seguida, será demonstrado como funcionará as revisões de benefícios através da criação dos bônus por produtividade, o BMOB e o BPMBI, instituídos pela MP 871/19. Também será demonstrado dados técnicos e divergências no que se refere ao resultado deficitário do sistema previdenciário, da qual é utilizado para justificar o incentivo da revisão dos benefícios através de uma gratificação pecuniária aos servidores.

##### **4.1 ATIVIDADE MÉDICA PERICIAL**

Nos fundamentos de Trezub e Patsis (2017 p. 2) pode se considerar a atividade da perícia médica recente, no entanto, a colaboração do médico com o Direito e com a Justiça, é muito antiga. Existem registros da civilização egípcia desde 3.000 a.C, atividade tão antiga quanto a humanidade.

Com a evolução da sociedade moderna, os relacionamentos sociais também se transformaram e foram se tornando cada vez mais complexos. Foi necessária uma expansão da atuação dos médicos no âmbito jurídico, deixando de ter a valoração do parecer médico apenas em relação aos danos criminais, mas sobretudo em outras questões jurídicas, sejam elas cíveis – responsabilidade civil, indenizações, erro médico, securitárias, trabalhistas, previdenciárias, entre outras (TREZUB; PATSIS, 2017, p. 2).

Isto porque, a Carta Magna de 1988 possui como um de seus objetivos a garantia e materialização do bem comum, basilar à dignidade da pessoa humana, cujo representa a busca essencial do Estado Democrático de Direito, que visa a proteção dos direitos sociais (ALEXANDRINHO; PAULO, 2016, p. 173).

E como base do sistema jurídico, o constituinte originário assegurou o princípio do devido processo legal, pois a garantia de direitos sociais para os cidadãos era insuficiente, sendo necessário, portanto, criar e disponibilizar mecanismos para

que o indivíduo alcançasse esses direitos fundamentais (ALEXANDRINHO; PAULO, 2016, p. 173).

Dentre as garantias para assegurar os direitos ditos básicos, fundamentais e sociais, a Constituição Federal prevê o princípio da ampla defesa e do contraditório que, nas palavras de Alexandrinho e Paulo (2016, p. 178) “A ampla defesa compreende o direito que o indivíduo tem de trazer ao processo todos os elementos lícitos de que dispuser para provar a verdade, ou, até mesmo, de se calar ou se omitir caso isso lhe seja benéfico (direito à não autoincriminação)”.

Enquanto que o princípio do contraditório compreende “o direito dado ao indivíduo de contradizer tudo que for levado ao processo pela parte contrária. Assegura, também, a igualdade das partes do processo, ao equiparar o direito da acusação com o da defesa” (ALEXANDRINHO; PAULO, 2016, p. 179).

Os preceitos constitucionais mencionados possibilitam ao indivíduo buscar por benefícios previdenciários através da comprovação da tutela defendida, na esfera administrativa e judicial. Portanto, a livre produção de provas é uma consequência constitucional, que permite ao segurado a comprovação adequada dos pressupostos legais necessários para a obtenção de um benefício, dentre outros serviços oferecidos pela Previdência Social (TREZUB; PATSIS, 2017, p. 3).

Com isso, a atividade médica pericial realizada no Instituto Nacional do Seguro Social, é uma função exercida na esfera administrativa, para averiguar a situação do segurado quanto a sua incapacidade através de análises, com a posterior emissão de parecer técnico de avaliação, constituindo um documento probatório. Salienta-se que, muitas vezes o indivíduo apresenta junto ao INSS atestado médico, no entanto, este serve apenas como um elemento de convicção para a formação da opinião do médico perito, pois a função do perito é realizar avaliação e análise conclusiva em relação a incapacidade laborativa do segurado (TREZUB; PATSIS, 2017, p. 4).

A comprovação probatória representa o principal fundamento em processos administrativos e judiciais para evidenciar a veracidade dos fatos que estão sendo declarados na demanda. Desnecessário lembrar que a produção de provas é relevante em todos os ramos do Direito, visto que, somente através das provas é possível o conhecimento da verdade das alegações produzidas (SAVARIS, 2008, p. 213).

No Direito Previdenciário, Savaris (2008, p. 214) informa que a exposição dos fatos nas ações previdenciárias é uma necessidade imprescindível, considerando a natureza alimentar, a vida, e a dignidade da pessoa, direitos pretendidos pelo segurado.

E embora a prova pericial tenha relevante valor, é indiscutível o reconhecimento das diversas formas de provas na esfera previdenciária, sejam elas provas documental, testemunhal, entre outras, previstas no artigo 369 e seguintes do Código de Processo Civil (BRASIL, 2019).

No entanto, em relação a concessão dos benefícios por incapacidade laboral, a perícia médica é considerada instrumento principal para verificar as condições do segurado e reconhecer o direito dele para receber o benefício de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença – objetos de estudo, posto a imprescindibilidade da constatação por médico especializado (SAVARIS, 2008, p. 214).

#### **4.1.1 Das atribuições: médico perito, analista e técnico**

Neste item será apresentado de maneira breve as atividades desempenhadas pelos servidores do INSS responsáveis pelas análises de benefícios para a execução dos programas criados pela MP 871/19. O BPMBI que será devido aos ocupantes dos cargos de Perito Médico Federal, de Perito Médico da Previdência Social e de Supervisor Médico-Pericial, e o BMOB que será devido aos ocupantes dos cargos de Analista do Seguro Social e de Técnico do Seguro Social (BRASIL, 2019).

##### **4.1.1.1 Perito Médico**

A função do perito médico previdenciário é identificar a incapacidade do segurado para a atividade laborativa. Analisa as condições do indivíduo, a profissão e quais as funções que desempenha no cargo ocupado por ele, para assim, emitir parecer técnico, de acordo com o trabalho exercido e o grau de incapacidade do segurado. Sua prerrogativa é de avaliar a incapacidade para o trabalho dos segurados, sejam elas de impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial, exercida a avaliação no âmbito do INSS (SOUZA, 2014, p. 72).

O médico perito tem sua função prevista e delimitada nas Leis n. 8.212/91 que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, bem como o Plano de Custeio; n. 8.213/91 que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social; n. 12.842/2013 que dispõe sobre o exercício da Medicina; n. 11.907/2009 que dispõe sobre a Carreira de Perito Médico Federal e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, dentre outras carreiras; n. 10.876/2004 que cria e dispõe da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social; n. 8.742/93 que dispõe sobre a organização da Assistência Social; n. 13.146/2015 (SOUZA, 2014, p. 72).

Por fim, a finalidade da função desempenhada é a de comprovar a situação alegada, seja no âmbito administrativo ou judicial. O perito deve avaliar o estado de saúde para concluir através de seu parecer, sobre a permanência do segurado nas funções laborativas ou se a condição de saúde exige seu afastamento do emprego de forma temporária ou permanente (SOUZA, 2014, p. 72).

#### 4.1.1.2 Analista

No que se refere ao cargo de Analista do Seguro Social, conforme informações obtidas no edital do último Concurso Público para provimento de vagas, do Instituto Nacional do Seguro Social, realizado em 2015, da descrição sumária das atividades a serem desempenhadas, se extrai:

“[...] prestar atendimento e acompanhamento aos usuários dos serviços prestados pelo INSS nas Agências da Previdência Social – APS e aos seus servidores, aposentados e pensionistas; elaborar, executar, avaliar planos, programas e projetos na área de Serviço Social e Reabilitação Profissional; supervisionar e homologar os programas profissionais realizados por terceiros ou instituições conveniadas; realizar avaliação social para fins de concessão de direitos previdenciários e benefícios assistenciais; promover estudos sociais e socioeconômicos, pesquisa e levantamento de informações visando à emissão de parecer social para subsidiar o reconhecimento e a manutenção de direitos previdenciários e benefícios assistenciais, bem como à decisão médico pericial; e exercer, mediante designação da autoridade competente, outras atividades relacionadas às finalidades institucionais do INSS, além das atividades comuns mencionadas no subitem 2.3 deste edital [...]” (BRASIL, 2015).

Das atividades comuns, dos cargos de analista e técnicos, o edital dispõe:

“[...] 2.3 ATIVIDADES COMUNS AOS CARGOS DE ANALISTA E DE TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL: atender ao público; assessorar os

superiores hierárquicos em processos administrativos; realizar atividades inerentes ao reconhecimento de direitos previdenciários, direitos vinculados à Lei nº 8.742/1993 e outros sob a responsabilidade do INSS; realizar atividades inerentes à instrução, tramitação e movimentação de processos e documentos; realizar estudos, pesquisas e levantamentos de informações; elaborar minutas de editais, contratos, convênios e demais atos administrativos e normativos; avaliar processos administrativos, oferecendo subsídios à gestão nos aspectos preventivos e para as tomadas de decisão; participar do planejamento estratégico institucional, de comissões, grupos e equipes de trabalho e dos planos de sua unidade de lotação; atuar na gestão de contratos, quando formalmente designado; controlar dados e informações, bem como executar a atualização em sistemas; executar atividades de orientação, informação e conscientização previdenciária; realizar atividades de gestão do patrimônio do INSS; subsidiar os superiores hierárquicos com dados e informações relacionadas à sua área de atuação, atuar no acompanhamento e avaliação da eficácia das ações desenvolvidas e na identificação e proposição de soluções para o aprimoramento dos processos de trabalho desenvolvidos; e atuar em atividades de planejamento, supervisão e coordenação de projetos e programas de natureza técnica e administrativa [...]” (BRASIL, 2015).

Tal função exige obrigatoriamente nível superior em Serviço Social, cujo diploma tenha sido emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC (BRASIL, 2015).

#### 4.1.1.3 Técnico

Em relação as funções do cargo de técnico do Instituto Nacional do Seguro Social, também retiradas do edital do Concurso Público realizado no ano de 2015, constata-se:

“[...] 2.2.1 CARGO 2: TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL REQUISITO: certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo segundo grau) ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: realizar atividades internas e externas relacionadas ao planejamento, à organização e à execução de tarefas de competências constitucionais e legais do INSS que não demandem formação profissional específica; coletar informações, executar pesquisas, levantamentos e controles, emitir relatórios e pareceres; e exercer, mediante designação da autoridade competente, outras atividades relacionadas às finalidades institucionais do INSS, além das atividades comuns mencionadas no subitem 2.3 deste edital [...]” (BRASIL, 2015).

O requisito para exercer a função de técnico é a conclusão do ensino médio ou em curso técnico, ambos com o certificado emitido por instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação – MEC (BRASIL, 2015).

## 4.2 DA REVISÃO DOS BENEFÍCIOS

A Medida Provisória 871/2019, está prevista com duração de dois anos – 2019 a 2020, prorrogáveis até 2022 e, possui a pretensão de realizar revisões nos benefícios concedidos pelo INSS, através dos dois programas instituídos pela medida, onde um analisará os benefícios com indícios de irregularidades e o outro a revisão dos benefícios concedidos por incapacidade – aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, com o intuito de dar continuidade ao programa pente-fino, já realizado nos anos anteriores (BRASIL, 2019).

O programa responsável pela análise dos benefícios com indícios de irregularidades observará aqueles que apresentarem as seguintes características:

- I - potencial acúmulo indevido de benefícios indicado pelo Tribunal de Contas da União ou pela Controladoria-Geral da União;
- II - potencial pagamento indevido de benefícios previdenciários indicados pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União;
- III - processos identificados na Força-Tarefa Previdenciária, composta pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal e pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;
- IV - suspeita de óbito do beneficiário;
- V - benefício de prestação continuada previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com indícios de irregularidade identificados em auditorias do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e em outras avaliações realizadas pela administração pública federal; e
- VI - processos identificados como irregulares pelo INSS (BRASIL, 2019).

Atinente aos benefícios por incapacidade, será observado as seguintes condições para a realização das revisões:

- I - benefícios por incapacidade mantidos sem perícia pelo INSS por período superior a seis meses e que não possuam data de cessação estipulada ou indicação de reabilitação profissional;
- II - benefícios de prestação continuada sem revisão por período superior a dois anos; e
- III - outros benefícios de natureza previdenciária, assistencial, trabalhista ou tributária concedidos até a data de publicação desta Medida Provisória (BRASIL, 2019).

A medida provisória havia revogado o dispositivo da Lei n. 8.213/91, que dispensava os beneficiários com mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade ou que estivessem recebendo benefício por mais de 15 (quinze) anos – da data da concessão a realização de nova perícia. Com a revogação, não haveriam mais restrições na escolha dos benefícios por incapacidade. Entretanto, a Lei n. 13.847/2019 de 19 de



junho de 2019, voltou atrás e introduziu novamente, no artigo 101, parágrafo 1º, inciso I, da Lei n. 8.213/1991, que isenta o aposentado por invalidez que não tenha retomado às atividades, do exame pericial que: *“I - após completarem cinquenta e cinco anos ou mais de idade e quando decorridos quinze anos da data da concessão da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a precedeu; ou [...]”* (BRASIL, 2019).

A redação da Lei n. 13.847/2019 também incluiu a dispensa de nova perícia o segurado aposentado por invalidez portador de HIV, conforme preceitua o artigo 43, parágrafo 5º, da mencionada lei: *“§ 5 A pessoa com HIV/aids é dispensada da avaliação referida no § 4º deste artigo”* (BRASIL, 2019).

Destarte, conclui-se que apenas os beneficiários com mais de 55 anos, os que estejam recebendo o benefício por mais de 15 anos da data da concessão e os portadores de HIV, estão dispensados da nova perícia. Os demais casos serão revisados através dos dois programas criados pela medida provisória, no qual um fará a investigação de acúmulos de benefícios, pagamentos já considerados indevidos, suspeitas de óbitos, prestações continuadas pagas de maneira irregular, pagamentos feitos acima do teto, dentre outras situações. Enquanto que o outro fará a revisão de todos os benefícios concedidos por incapacidade, sem perícia médica no prazo superior a 6 (seis) meses (BRASIL, 2019).

#### 4.3 CRIAÇÃO DO BÔNUS POR PRODUTIVIDADE

Para garantir a efetivação do Programa Pente-Fino elaborado pelo governo federal, fora criado o bônus por produtividade, já mencionado no trabalho. E embora a Medida Provisória 871/2019 tenha como um de seus mais importantes objetivos a revisão administrativa dos benefícios mantidos pela Previdência Social, sobretudo, os benefícios concedidos por incapacidade, tal programa teve seu início já com a Medida Provisória 739/2016, de 07 de julho de 2016, dando início à gratificação o BESP-PMBI Bônus - Especial de Desempenho Institucional por Perícia Média em Benefícios por Incapacidade (BRASIL, 2019).

Posteriormente o programa, assim como os bônus por produtividade foram mantidos com a MP 767/2017, de 06 de janeiro de 2017, em seguida convertida na Lei n. 13.457/17 e, por fim, a MP 871/2019, cujo representa a continuidade do Pente-

Fino, apelidado de “*combate a irregularidades em benefícios previdenciários*” (OLIVEIRA, 2017). Desse modo, desde 2016, grande número de segurados foram chamados e submetidos a perícias para a reavaliação da incapacidade.

Nesse sentido, com o intuito de acelerar a revisão dos benefícios, o Governo Federal garante aos médicos peritos e, agora com a MP 871/2019, também aos analistas e técnicos, um bônus de gratificação, pelo trabalho realizado sem prejuízo das atividades regulares do cargo que o servidor ocupa, pelos processos concluídos de análises de benefícios (BRASIL, 2019).

#### 4.4 BÔNUS POR PRODUTIVIDADE E O IMPACTO NO SISTEMA ECONÔMICO

A Previdência Social passa por um dos momentos mais polêmicos de sua história. Como visto acima, algumas mudanças já estão ocorrendo há algum tempo, através de medidas provisórias, tendo em vista a necessidade de uma reforma previdenciária, sob o argumento de conter gastos.

O processo de reforma vem sendo argumentado desde a proposta da PEC nº 287/2016, que pretende alterar dispositivos da Carta Magna e promover grandes modificações nos benefícios previdenciários, como por exemplo, a elevação no tempo de contribuição pelo segurado, aumento da idade mínima para requerer a aposentadoria, além de estímulo aos sistemas de aposentadorias privadas (FAGNANI, 2017, p. 1).

No entanto, o objetivo do trabalho se limitará a analisar as perspectivas do processo de reforma da previdência em contrapartida com a existência de um suposto déficit que justificaria a criação do bônus por produtividade, sem emitir juízo político, apenas apresentando alguns dados técnicos.

Primeiramente, cabe destacar, novamente, que o custeio da Seguridade Social é de responsabilidade de todo cidadão brasileiro, assim como dos governos. Isto porque, representa um sistema de proteção social (CASTRO; LAZZARI, 2017, p. 39).

E foi através da análise dos dados apresentados pelo governo federal, no site da Previdência Social, que se identificou o déficit no INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, somado a diminuição da taxa de natalidade com o envelhecimento da população, ocasionando a inviabilidade do sistema de custeio da previdência, a médio

e longo prazo, tendo em vista a mudança acelerada da população brasileira. Sendo, portanto, imprescindível as alterações mediante a reforma, para que a garantia dos benefícios, aposentadorias, pensões, dentre outros serviços, não sejam comprometidos, suspensos e até mesmo extintos, nas gerações futuras (FATTORELLI, 2019, p. 1).

O déficit nos cofres públicos, no que se refere aos recursos destinados à previdência, justifica-se, através das propostas de reformas, seja pela PEC ou mediante as várias medidas provisórias editadas, desde então, que a mudança é necessária, já que os valores com benefícios, segurados aposentados, pensões e outros serviços é superior ao montante arrecadado, de modo que se tornou inviável manter as despesas a longo prazo (FATTORELLI, 2019, p. 1).

No mesmo sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, estimou através de estudos realizados, que a população brasileira em idade economicamente ativa irá diminuir ao longo dos próximos anos. Conforme se observa na EMI 140/2016 MF:

“As projeções populacionais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, mostram que em 2060 o Brasil terá 131,4 milhões de pessoas em idade ativa – compreendida entre 15 e 64 anos de idade – representando uma população menor do que os atuais 140,9 milhões de pessoas nesta faixa etária”. Nesse mesmo período, estima-se que o número de idosos com 65 anos ou mais de idade crescerá 262,7%, alcançando 58,4 milhões em 2060. Ou seja, a evolução demográfica aponta para uma maior quantidade de beneficiários do sistema, recebendo benefícios por maior período de tempo, em contraponto com menor quantidade de pessoas em idade contributiva, tornando imprescindível a readequação do sistema de Previdência Social para garantir seu equilíbrio e, consequentemente, a sua sustentabilidade no médio e longo prazo” (EMI 140/2016 MF).

Ainda para justificar as mudanças no sistema previdenciário, nas palavras de Figueiredo (2017), a necessidade da reforma, teve seu argumento fundamentado na projeção da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, onde é possível averiguar, caso não ocorra alterações nas regras atuais, que o INSS passará por uma crise econômica em 2060, e representará 11,29% do PIB – Produto Interno Bruto, para o ano mencionado.

Ademais, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, no que se refere ao impacto financeiro das projeções do orçamento da Seguridade Social, o déficit na previdência para o ano de 2016, teve um crescimento de 59,7% em relação ao ano de 2015, o equivalente a R\$ 151,9 bilhões (FIGUEIREDO, 2017).

Porém, desmistificando a informação fornecida pelo governo através dos dados apresentados, onde o Poder Público, no momento da apuração dos números para concluir sobre o déficit não considerou todos os recursos que devem ser apontados como receita da Seguridade Social (BARROS, 2017).

Isto porque, conforme determinado no artigo 195 e incisos, da CF/88, são recursos para sustentá-la índices como contribuição das empresas e dos segurados incidentes sobre a folha de pagamento; contribuição incidente sobre receita ou faturamento – COFINS; contribuição incidente sobre o lucro líquido – CSLL; Contribuição do importador ou a ele equiparado – COFINS importação; receitas de concursos de prognósticos e; contribuição da União (orçamento Fiscal), que não foram computados, de acordo com o entendimento de Gentil (2006).

Outrossim, desde a Constituição Federal de 1988 os recursos da Previdência Social não são apenas oriundos de contribuições incidentes sobre folhas de pagamentos e salário. As receitas mencionadas acima, são destinadas ao financiamento das três espécies da Seguridade Social, ou seja, Previdência Social, Saúde e Assistência Social. Além disso, a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os dispositivos legais que tratam da Previdência Social, não autorizam restringir as receitas destinadas à previdência apenas com recursos previdenciários (AMADO, 2017, p 161).

Puls (2017) também explica que o cálculo realizado pelo Poder Público para chegar ao déficit da previdência, fora realizado isolando a Previdência da Seguridade Social, mesmo a Constituição Federal informando que a própria Seguridade é financiada por contribuições dos empregados, que correspondem a valores que incidem sobre a folha de salário, faturamento e lucro, pelos trabalhadores e pelo Estado

Inclusive, se chegou ao resultado do déficit sem considerar que a previdência representa uma espécie da Seguridade Social, ou seja, isolando-a da Seguridade, e em seguida fora considerado apenas as contribuições relacionadas aos empregadores e empregados, deduzindo os gastos pertinentes com todos os benefícios e serviços prestados pela Previdência Social (PULS, 2017).

A conclusão sobre a previdência ser deficitária, foi possível porque fora comparado as despesas do Regime Geral somado a todos os gastos do INSS com apenas uma fonte da seguridade social, a previdência. Desconsiderando que ela faz

parte do sistema da Seguridade Social. Então, desse modo, realizando o cálculo sem todas as fontes de arrecadação que fazem parte, e somente utilizando os valores recolhidos em relação aos trabalhadores, empresas e contribuintes individuais, a conta inevitavelmente fechará negativa (FILGUEIRAS, 2019).

Ainda sobre o cálculo realizado, a pesquisadora Denise Gentil (2006), doutora em economia, afirma:

“O resultado é um déficit que não é real. Se for computada a totalidade das fontes de recursos da previdência e deduzida a despesa total, inclusive os gastos administrativos com pessoal, custeio e dívida do setor, bem como outros gastos não-previdenciários, o resultado apurado será um superávit de R\$ 8,26 bilhões em 2004 e de R\$ 921 milhões em 2005, conforme pode ser visualizado através das Tabelas 1 e 2 que contêm o Fluxo de Caixa do INSS. Esse superávit, denominado superávit operacional, que é uma informação favorável – e que pode ser apurada pelas mesmas estatísticas oficiais -, não é divulgado para a população como sendo o resultado da previdência social. Constata-se, portanto, que há recursos financeiros excedentes no RGPS e que tais recursos poderiam ser utilizados para melhorar este sistema, em benefício de uma parcela considerável da população de baixa renda” (GENTIL, 2006).

Seguindo o mesmo entendimento, o ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (2017), questiona a lógica do cálculo efetuado das contas públicas do Poder Executivo, em relação aos números negativos que o Poder Pública apresenta. No estudo realizado e publicado pela ANFIP, denominado Análise da Seguridade Social, é possível verificar em números a arrecadação previdenciária, registros sucessivos de superávits, como em 2006 de R\$59,9 bilhões; 2007 de R\$72,6 bilhões; 2008 de R\$64,3 bilhões; 2009 de R\$ 32,7 bilhões; 2010 de R\$53,8 bilhões; em 2011 de R\$ 75,7 bilhões; no ano de 2012 de R\$ 82,7 bilhões; 2013 R\$76,2 bilhões; no ano de 2014 de R\$53,9 bilhões e; por fim em 2015 um saldo positivo de R\$24 bilhões.

Na mesma linha, Maria Lucia Fattorelli (2017), auditora aposentada da Receita Federal e Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, explica:

“A simples existência do mecanismo da DRU já comprova que sobram recursos na Seguridade Social. Se faltasse recursos, não haveria nada que desvincular, evidentemente. Cabe lembrar que a DRU, criada desde 1994 com a denominação de Fundo Social de Emergência, teve sua alíquota majorada em 2016, e desvincula até 30% dos recursos da Seguridade Social para transferi-los para o pagamento de parte dos juros da dívida pública” (FATTORELLI, 2017).

À título de informação a DRU – Desvinculação de Receitas da União, é uma alternativa criada pelo governo, para que o mesmo tenha a permissão para usar livremente o dinheiro arrecadado de tributos federais que sejam permitidos por lei e vinculados a fundos e despesas e, uma de suas principais fontes, cujo representa 90% do montante arrecadado, são as contribuições sociais. A contribuição social é um tributo pago por pessoas físicas e jurídicas, com o objetivo de fornecer recursos a um fundo, que é utilizado por toda a sociedade, através da concessão de benefícios assistenciais, por exemplo, e ainda, utilizado para custear a Seguridade Social (SENADO NOTÍCIAS, 2015).

Seguindo o mesmo entendimento, Barros (2018), afirma que só é possível concluir pelo déficit da previdência, desconsiderando propositalmente todas as receitas da seguridade social, excluindo também as renúncias, isenções e desonerações fiscais, números que foram retirados do caixa da Seguridade Social de forma indevida, para chegar no resultado deficitário de R\$ 85,8 bilhões.

A Ordem dos Advogados do Brasil – OAB também emitiu posicionamento sobre a PEC 287/2016 da reforma da previdência que argumenta a existência de um suposto resultado negativo:

A PEC 287/2016 tem sido apresentada pelo governo sob discurso de catástrofe financeira e “déficit”, que não existem, evidenciando-se grave descumprimento aos artigos 194 e 195 da Constituição Federal, que insere a Previdência no sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas da Saúde e Assistência Social, sistema que tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais (FAGNANI, 2017, p. 2).

Corroborando as informações apresentadas acima, em 2017 também fora criada a CPI da Previdência, que esclareceu pormenorizadamente as receitas e despesas do sistema previdenciário, assim como desvios de recursos e quaisquer formas de retiradas de fontes destinadas à previdência. Importante mencionar que o relatório da CPI da Previdência no Senado Federal foi aprovado por unanimidade (CPIPREV, 2017, p. 7).

Para tornar compreensível, CPI significa Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela é utilizada para investigar, analisar denúncias e irregularidades no setor público e, embora tenha caráter investigativo, não possui o condão de punir ou ingressar com ações criminais. Concluído o relatório, este é encaminhado ao

Ministério Público que dará continuidade na esfera judicial. Portanto, CPI é um instrumento de controle do Poder Legislativo para apurar e investigar o Poder Executivo, conforme preceitua o artigo 58, da CF/88.

Um dado importante que se extrai da CPI da Previdência é sobre os mecanismos que o governo utiliza para se apropriar de valores destinados à previdência, como é o caso da DRU, já mencionado no trabalho. Da CPI se extrai:

Outro ponto importante na esteira da apropriação dos recursos da previdência foi a implantação do mecanismo de Desvinculação das Receitas da União (DRU), que, a partir de uma interpretação, no mínimo, discutível, considera como sendo receita da União o fundo previdenciário e demais receitas da seguridade social, passando assim a dispor de um percentual desse montante para utilização em despesas do interesse do governo. A DRU, que até 2016 tinha uma alíquota de 20%, atualmente absorve 30% dos recursos de diversas rubricas do orçamento, aí incluídas as receitas da seguridade social. Cálculos da ANFIP apontam que, entre 2005 e 2015, a DRU foi responsável pela sangria de recursos de contribuições para a seguridade social da ordem de R\$ 519 bilhões, em valores nominais (CPIPREV, 2017, p. 39).

Ainda sobre os resultados questionáveis apresentados pelo Poder Executivo em relação ao resultado negativo das contas da previdência, vale mencionar que a CPI afirma que as contas elaboradas pelo poder público são criticadas pelo TCU – Tribunal de Contas da União, por entidades e especialistas na área (CPIPREV, 2017, p. 197).

Além disso, a conclusão apurada pela CPIPREV analisa todas as visões projeções e conceitos de cada setor envolvido e informações publicadas, permitindo, sobretudo, a identificação dos pontos controversos.

Da conclusão da CPI se obtém o seguinte resultado, considerando a metodologia correta para efetivação do cálculo das despesas e receitas, incluindo todas os recursos:

**N**úmeros da CPI comprovam que a Previdência é superavitária  
 A CPI constatou que o superávit da Previdência, entre 2000 e 2015, foi de: R\$ 821.739.000.000,00 (bilhões). Atualizado pela taxa Selic esse valor seria hoje de R\$ 2.127.042.463.220.76 (trilhões).



Figura 01: Números da CPI. Fonte: CPIPEV. 2017.

#### A conclusão da CPI:

Tecnicamente, é possível afirmar com convicção que **inexiste déficit da Previdência Social ou da Seguridade Social**, e que o eventual resultado negativo deve ser observado sobre o prisma do conjunto agregado das contas públicas, que poderá resultar em déficit ou superávit a depender do comportamento da arrecadação e da administração das despesas em um determinado exercício fiscal. (CPIPEV, 2017, p. 220).

Outro ponto de grande relevância que se extrai da CPI da Previdência é o valor equivalente aos recursos retirados dos cofres da previdência para outras destinações:

2. Anos 1990 em diante – A institucionalização da retirada de recursos da previdência: Mais recentemente com a criação da DRU (Desvinculação de Receitas da União), uma parcela significativa dos recursos originalmente destinados ao financiamento da Previdência foi redirecionada. Segundo cálculos da ANFIP, somente entre 2005 e 2014, um montante da ordem de R\$ 500 bilhões foi retirado da Previdência via DRU. Com a nova configuração da DRU, que, a partir de 2016, elevou o percentual de desvinculação de 20% para 30%, aumenta a sangria de recursos previdenciário. (CPIPEV, 2017, p. 210).

#### Enquanto que o INSS atende:



## VOCÊ SABIA?



Fonte: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência - Anfip

Figura 02: Números de benefícios pagos pelo INSS. Fonte: ANFIP. 2017.

Além disso, os recursos que o Poder Público destinará aos pagamentos dos bônus por produtividade criados através da MP 871/19, para a revisão dos benefícios mantidos pelo INSS, segundo a proposta enviada ao Congresso Nacional para alteração das leis orçamentárias a fim de viabilizar o pagamento dos bônus, consiste no importe de R\$ 223,8 milhões de reais (BRASIL, 2019).

E embora a informação repassada seja a de que a Previdência Social apresente saldo negativo, o relatório final da CPI da Previdência concluiu que esta é superavitária, de modo que não justificaria a criação do bônus por produtividade para incentivar uma atividade da qual representa uma função típica dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social.

Outro ponto em questão, é o fato que o princípio da dignidade da pessoa humana é considerado um padrão mínimo de garantia dos direitos sociais, funcionando como um ponto de partida e considerado a base de todos os direitos sociais, sobretudo da previdência social (AMADO, 2017, p. 85).

No entanto, diante do exposto, as propostas atuais de reforma da previdência, seja através da PEC ou pelas medidas provisórias, consistem na escassez de recursos financeiros e econômicos disponíveis para os atendimentos das demandas sociais, embora a CPI tenha demonstrado divergências e apontado que, na verdade, há recursos disponíveis para o fim que a previdência pretende alcançar.

Assim, é possível verificar que a crise política e financeira está sendo utilizada como justificativa para diminuir e limitar a garantia dos direitos fundamentais. E, considerando os dados brevemente levantados no trabalho, é possível perceber que as pessoas mais vulneráveis serão afetadas pelas mudanças, evidenciando, na verdade, um retrocesso social das conquistas da CF/88, demonstrando uma condição injusta e de exclusão.

Sobre o princípio da proibição do retrocesso social, Canotilho (2004), elucida:

[...] os direitos sociais e econômicos (ex.: direito dos trabalhadores, direito à assistência, direito à educação), uma vez obtido um determinado grau de realização, passam a constituir, simultaneamente, uma garantia institucional e um direito subjetivo. A “proibição de retrocesso social” nada pode fazer contra as recessões e crises econômicas (reversibilidade fática), mas o princípio em análise limita a reversibilidade dos direitos adquiridos (ex.: segurança social, subsídio de desemprego, prestações de saúde), em clara violação do princípio da proteção da confiança e da segurança dos cidadãos no âmbito econômico, social e cultural, e do núcleo essencial da existência mínima inerente ao respeito pela dignidade da pessoa humana. (CANOTILHO, 2004, p. 338 - 339).

No que diz respeito ao princípio da vedação do retrocesso social, significa dizer que os direitos sociais alcançados, representam uma garantia da qual não podem mais ser extintos ou minimizados. Lenza (2013, p. 985), ensina “o legislador, ao regulamentar os direitos deve respeitar o seu núcleo essencial, dando as condições para implementação dos direitos constitucionais assegurados”.

Por todo o exposto, verifica-se que as mudanças propostas para o sistema previdenciário, incentivadas através do cancelamento de direitos adquiridos, implicam em um retrocesso social, da qual viola princípios que consistem na base do ordenamento jurídico.

## 5. CONCLUSÃO

Ao realizar as pesquisas para que o presente trabalho pudesse ser construído, pela análise e síntese das ideias dos autores que tratam sobre o tema, assim como diante dos dispositivos legais que direcionam o sistema previdenciário, sobretudo a Medida Provisória 871/2019, foi possível inferir algumas questões, conforme se explana na sequência.

Denota-se que a temática não é simples, tendo em vista que não se pode tratar da política previdenciária de maneira unilateral e superficial, como vem ocorrendo através de medidas provisórias, de forma rápida e com breves discussões. É imprescindível que a questão seja enfrentada, em razão de diversos aspectos, já que a previdência social é entendida como um direito fundamental e, especialmente por sua relevância na materialização do princípio da dignidade da pessoa humana, cujo é basilar do Estado Democrático de Direito, ou seja, padrão mínimo no que se refere a concretização de direitos.

Importante mencionar que há necessidade de uma reforma no que tange às regras pertinentes ao sistema previdenciário, no entanto, a partir dos dados apresentados, ficou evidente a importância de uma gestão governamental em tempos de crise para conter gastos públicos e impulsionar a economia. Porém, as medidas para frear as despesas devem ser tomadas de maneira consciente, e que os esforços sejam comuns nas variadas áreas, para tornar possível a preservação dos direitos adquiridos pela sociedade e garantir a segurança jurídica.

Como visto, os dados apresentados pelo governo federal declaram que existe um resultado deficitário nas contas do Instituto Nacional de Seguridade Social, e que somado a diminuição da taxa de natalidade e ao envelhecimento da população brasileira, as mudanças, a longo prazo, inviabilizarão o sistema da previdência social, pois, em tese, teremos mais segurados do que trabalhadores ativos e, nesse sentido, a reforma das diretrizes da previdência social se justifica e é apresentada de maneira urgente, para que os benefícios, aposentadorias entre outros serviços prestados, não sejam comprometidos para as gerações futuras.

Por outro lado, em virtude das diversas correntes em relação ao suposto déficit da Previdência Social, foram realizadas pesquisas de grande relevância e até mesmo instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência – CPIPREV,

para apurar os resultados publicados pelo poder público, sendo concluído, que não está faltando dinheiro para sustentar a previdência.

Na verdade, para justificar a alegação de que o sistema da previdência social é deficitário, o governo considerou as contas da previdência social separado do total das receitas previstas para manter a Seguridade Social. Ou seja, desconsiderando que a previdência faz parte da seguridade e também do total das receitas.

A Seguridade Social, apresenta receitas positivas, mesmo com a crescente desvinculação de suas receitas através do DRU – subtração de receitas da seguridade para outros fins.

Diante do resultado apresentado no relatório final da CPI da Previdência, cujo afirma que existe dinheiro sobrando para custear o sistema de Seguridade Social assim como sustentar a Previdência Social, em outras palavras, concluiu que a previdência é na realidade superavitária, constata-se que não há justificativa plausível para a criação de bônus por produtividade para incentivar servidores a realizarem atividades das quais representam suas funções típicas, caracterizando um estímulo ao indeferimento de benefícios.

Assim, as alterações propostas não resolvem as finanças públicas, pois, além de estar sendo apresentados cálculos controversos pelo governo federal, implicará na supressão de garantias consolidadas. Sendo imperativo que haja um maior esclarecimento para a sociedade no que tange às mudanças pretendidas, sobretudo da criação dos bônus por produtividade, por outros motivos, e não o déficit da previdência, pois este está sendo utilizado de maneira questionável e superficial, tendo em vista uma CPI, dentre outros estudos, que apontam as contas da previdência social como superavitária.

No entanto, é inegável a importância da realização de ajustes nas regras do sistema previdenciário, contudo, as medidas tomadas guardam a possibilidade de desencadear problemas sociais sérios, contrariando os objetivos do constituinte originário, sobretudo os princípios norteadores da seguridade e previdência social, ocasionado um retrocesso social. Então, pensando em uma saída a longo prazo, temos que é necessário estabelecer normas que garantam total transparências nas contas públicas, de maneira que efetivamente demonstrem a realidade do sistema.

Em resposta ao problema proposto por esta monografia, conclui-se que o objetivo foi cumprido, e o resultado alcançado aponta que a crise política e financeira tem sido utilizada para justificar a diminuição dos direitos sociais e limitá-los e, considerando que os mais afetados pelas propostas até então apresentadas, serão os indivíduos mais vulneráveis, evidencia-se, na verdade, um retrocesso social das conquistas da Constituição Federal de 1988, demonstrando uma circunstância de exclusão e injusta. Além disso, os dados numéricos apresentados constataam uma falsa economia, devido ao possível aumento do número de ações judiciais.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRINHO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 15ª ed. São Paulo. 2016.

AMADO, Frederico. **Curso de Direito e Processo Previdenciário**. 9ª ed. Bahia: Editora JusPodivm, 2017.

ANFIP – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil./Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social **Análise da Seguridade Social 2017./** ANFIP/ Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social – Brasília: ANFIP, 2018.

ANFIP – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil./Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social. **Análise da Seguridade Social**. ANFIP/ Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social – Brasília: ANFIP, 2018. Disponível em: < [https://www.anfip.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Livros\\_28\\_11\\_2018\\_14\\_51\\_18.pdf](https://www.anfip.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Livros_28_11_2018_14_51_18.pdf)> Acesso em: 20 mai. 2019.

BARROS JÚNIOR, Edimilson de Almeida. **Direito Previdenciário Médico**. São Paulo: Atlas, 2012.

BARROS, Marcus Vinícius Marino de Almeida. **Será que a Previdência Social realmente está “falida”?**. IEPREV. Instituto de Estudos Previdenciários. Brasília. 2018. Disponível em: < [https://www.ieprev.com.br/conteudo/categoria/3/4482/sera\\_que\\_a\\_previdencia\\_social\\_realmente\\_esta\\_falidar?](https://www.ieprev.com.br/conteudo/categoria/3/4482/sera_que_a_previdencia_social_realmente_esta_falidar?)> Acesso em: 20 mai. 2019.

BAUKEN, João Paulo. **Os benefícios por incapacidade pelo prisma do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. 41 f. Monografia final do Curso de Graduação em Direito - UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.RS-Santa Rosa. 2014. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2757/Monografia%20Jo%C3%A3o%20Paulo%20Bauken%20.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 de mai. 2019.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2019a.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA DO SEGURO SOCIAL E DE TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL EDITAL Nº 1 – INSS, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015. Brasília. 2015. Disponível em: <[http://www.cespe.unb.br/concursos/INSS\\_2015/arquivos/INSS\\_ED.\\_1\\_ABT.PDF](http://www.cespe.unb.br/concursos/INSS_2015/arquivos/INSS_ED._1_ABT.PDF)>. Acesso em: 20 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Câmara dos Deputados. Notícias. MP dificulta concessão de benefícios previdenciários e busca coibir fraudes.** Brasília. 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/570684-MP-DIFICULTA-CONCESSAO-DE-BENEFICIOS-PREVIDENCIARIOS-E-BUSCA-COIBIR-FRAUDES.html>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional.** 6ª. ed. Coimbra: Almedina, 2004.

CARDOSO, Oscar Valente; SILVA JÚNIOR, Adir José da. **Novidades da Medida Provisória n. 871/2019: qualidade de segurado e novo período de carência.** Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5724, 4 mar. 2019. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/71635>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário.** 13ª ed. São Paulo: Conceito, 2011.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário.** 20ª ed. São Paulo. Forense, 2017.

CONVENÇÃO N. 102. **Normas Mínimas da Seguridade Social.** Aprovada na 35ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra. 1952. Plano internacional 27.5.55. Disponível em: <[https://www.sindifisconacional.org.br/images/justica\\_fiscal/RGPS/textos\\_artigos/convencao-no-102.pdf](https://www.sindifisconacional.org.br/images/justica_fiscal/RGPS/textos_artigos/convencao-no-102.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

DE SOUZA, Peterson. **Perícias médicas previdenciárias.** 2ª. Ed. São Paulo: Imperium, 2014.

DONADELI, Paulo Henrique Minotto; CANAVEZ, Luciana Lopes. **O Estado Social de Direito na História Constitucional Brasileira (1934-1988).** 2014. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/>>

planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/isippedes/paulo-donadeli.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

DUARTE, Mariana Vasques. **Direito Previdenciário**. 7ª ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011.

FAGNANI, Eduardo. **O “déficit” da Previdência e a posição dos Juristas**. Instituto de Economia Unicamp. ISSN 0103-9466. São Paulo. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/vanes/Downloads/TD305.pdf>. Acesso em 10 jun. 2019.

FATTORELLI, Maria Lucia. **O ‘déficit’ da Previdência é fake**. ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN-Od. 01. B1. H Ed. Brasília. 2019. Disponível em: <<https://www.anfip.org.br/artigo-clipping-e-imprensa/o-deficit-da-previdencia-e-fake/>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Reforma da Previdência. Debate com os coordenadores de Previdência do Ipea e da Auditoria Cidadã da Dívida**. São Paulo. 2017. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PONTO-DE-VISTA/524288-REFORMA-DA-PREVIDENCIA-DOIS-ESPECIALISTAS,-OPINIOES-OPOSTAS.html>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Falta de critérios para reformar previdência tira legitimidade das propostas**. Revista Consultor Jurídico, ISSN 1809-2829. São Paulo. Ano 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-jun-17/leonardo-vizeu-faltam-criterios-reformar-previdencia-social>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

FILGUEIRAS, Mirela. **A previdência é superavitária**. ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN-Od. 01. B1. H Ed. Brasília. 2019. Disponível em: <<https://www.anfip.org.br/artigo-clipping-e-imprensa/a-previdencia-e-superavitaria/>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

FILGUEIRAS, Mirela Araújo. **BREVE HISTÓRICO DA NOSSA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL**. São Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/breve-historico-da-nossa-administracao-federal>>. Acesso em: 25 mai. 2019.



GENTIL, Denise Lobato. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990-2005**. Tese submetida ao Corpo Docente do Instituto de Economia (IE) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor. Rio de Janeiro 2006.

Disponível em:<

[http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2006/a\\_politica\\_fiscal\\_e\\_a\\_falsa\\_crise\\_da\\_seguridade\\_social\\_brasileira\\_analise\\_financeira\\_do\\_periodo\\_1990\\_2005.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2006/a_politica_fiscal_e_a_falsa_crise_da_seguridade_social_brasileira_analise_financeira_do_periodo_1990_2005.pdf)>. Acesso em: 02 de abr. 2019.

GÓES, Hugo Medeiros de. **Manual de Direito Previdenciário**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2008.

GÓES, Hugo Medeiros. **Manual de Direito Previdenciário**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ferreira. 2015.

GOUVEIA, Carlos Alberto Vieira de. **Benefício por Incapacidade & Perícia Médica: Manual Prático**. 2ª ed. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 20ª. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão**. 2ª. Triagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KUHNLE, S.; SANDER, A. “**The Emergence of the Welfare State**”. In: CASTLES, F. et al. (eds.). *The Oxford Handbook of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 13.846, de 18 de junho de 2019. **Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.783, de 28 de junho de 1989, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.620, de 2 de abril de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, 9.796, de 5 de maio de 1999, 10.855, de 1º de abril de 2004, 10.876, de 2 de junho de 2004, 10.887, de 18 de junho de 2004, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e revoga dispositivo da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e a Lei nº 11.720, de 20 de junho de 2008**. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2019/lei-13846-18-junho-2019-788404-publicacaooriginal-158260-pl.html>>. Acesso em: 18 jun. 2019b.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre a organização da seguridade social, institui o plano de custeio, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2019c.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 13.457, de 26 de junho de 2017. **Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade..** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13457.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13457.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2019d.

\_\_\_\_\_. Lei 8.213/91, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 25 de mar. 2019e.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 13.847, de 19 de junho de 2019. **Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2019/lei-13847-19-junho-2019-788507-publicacaooriginal-158366-pl.html>>. Acesso em: 23 jun. 2019f.

LENZA, Pedro. **Direito Previdenciário Esquematizado**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 36ª ed. São Paulo: Saraiva. 2016.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória Nº 739, de 7 de julho de 2016. Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.** Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2016/Mpv/mpv739.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2016/Mpv/mpv739.htm)>. Acesso em: 26 de mar. 2019g.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória Nº 871, de 18 de janeiro de 2019. Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv871.htm). Acesso em: 26 de mar. 2019h.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória Nº 767, de 6 de janeiro de 2017. Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv767.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv767.htm)impressao.htm>. Acesso em: 20 mai. 2019i.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de direito administrativo** 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência Social Secretaria de Políticas de Previdência Social. **Previdência Social: Reflexões e Desafios. Brasília: MPS, 2009.** Coleção Previdência Social, Série Estudos; v. 30, 1. Ed. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3\\_100202-164641-248.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_100202-164641-248.pdf)>. Acesso em: 05 de mai 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda Secretaria de Previdência. **Resultado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.** Brasília. 2017. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/apresentacoes/arquivos/2017/resultado-do-regime-geral-de-previdencia-social-rgps.pdf>>. Acesso em: 05 de mai 2019.

NEVES, Gustavo Bregalda. **Manual de direito previdenciário: direito da seguridade social.** 1ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

OLIVEIRA, Renan. **MP do pente fino do INSS é convertida na Lei 13.457/2017.** São Paulo. 2017. Disponível em: <<https://previdenciarista.com/blog/mp-do-pente-fino-do-inss-e-convertida-na-lei-13-4572017/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Proposta de Emenda Constituição 287, de 5 de dezembro de 2016.** Disponível em <

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1514975&filenome=PEC+287/2016.>](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1514975&filenome=PEC+287/2016.>). Acesso em: 05 abr. 2019j.

PULS, Maurício. **Governo manipula dados para forçar reforma da Previdência**. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/280520170332\\_220517\\_Governo\\_manipula\\_dados\\_para\\_foraar\\_reforma\\_da\\_Previdencia.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/280520170332_220517_Governo_manipula_dados_para_foraar_reforma_da_Previdencia.pdf)> Acesso em: 15 de abr.2019.

SANTOS, Marisa Ferreira dos; coord. Pedro Lenza. **Direito previdenciário esquematizado de acordo com a Lei n. 12.618/2012**. 3ª ed. São Paulo. Saraiva, 2013.

SAVARIS, José Antonio. **Inconstitucionalidade da decadência previdenciária da MP 871/2019**. Revista Alteridade. São Paulo. 2019. Disponível em <[https://www.alteridade.com.br/artigo/inconstitucionalidade-da-decadencia-previdenciaria-da-mp-871-2019/?fbclid=IwAR3Fagp05t6pG5\\_v3WSh8OdFuojuB6-dgJYV-AVL0QW69hmFkBT6pQWDt3Q](https://www.alteridade.com.br/artigo/inconstitucionalidade-da-decadencia-previdenciaria-da-mp-871-2019/?fbclid=IwAR3Fagp05t6pG5_v3WSh8OdFuojuB6-dgJYV-AVL0QW69hmFkBT6pQWDt3Q)>. Acesso em 20 mai. 2019.

SAVARIS, José Antonio. **Direito Processual Previdenciário**. 7ª ed. Curitiba. Alteridade. 2008.

\_\_\_\_\_. **Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos (CPIPREV)**. Brasília. 2017. SF/17220.93080-00. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539169/Relat%c3%b3rio%20Final\\_CPIPREV.pdf?sequence=1](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539169/Relat%c3%b3rio%20Final_CPIPREV.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Senado Federal. Senado Notícias. Análise da MP de combate a fraudes em benefícios da Previdência tem calendário**. Brasília. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/17/analise-da-mp-de-combate-a-fraudes-em-beneficios-da-previdencia-tem-calendario>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Senado Federal. Senado Notícias. CPI da Previdência aprova relatório final por unanimidade**. Brasília. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/25/cpi-da-previdencia-aprova-relatorio-final-por-unanimidade>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Senado Federal. Senado Notícias. DRU.** Brasília. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Senado Federal. Senado Notícias. MP contra fraudes no INSS pode aumentar ações na Justiça, aponta debate.** Brasília. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/30/mp-contra-fraudes-no-inss-pode-aumentar-acoes-na-justica-dizem-debatedores>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Senado Federal. Senado Notícias. Governo apresenta projeto para viabilizar pagamento de peritos do INSS.** Brasília. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/12/governo-apresenta-projeto-para-viabilizar-pagamento-de-peritos-do-inss>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SILVA, Homero Batista Mateus Da; VIEIRA, Regina Stela Corrêa. **Direito da Seguridade Social, Gênero e Pobreza: primeiros passos desta intersecção na faculdade de direito da USP.** São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115496/113078>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SOUZA, Roberto Corrêa. **MEDIDA PROVISÓRIA 871/2019 – Um ensaio prévio à avaliação do Congresso Nacional.** São Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www.ajufe.org.br/imprensa/artigos/12051-medida-provisoria-871-2019-um-ensaio-previo-a-avaliacao-do-congresso-nacional>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

STRAZZI, Alessandra. **Auxílio-doença: guia completo. O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para suas atividades habituais por mais de 15 dias.** Brasília. 2017. Disponível em: <<https://www.desmistificando.com.br/auxilio-doenca/>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

TREZUB, Cláudio José; PATSIS, Keti Stylianos. **Perícia Médica Previdenciária: Benefícios por Incapacidade.** v.10 – coleção: prática previdenciária. Salvador: Juspodivm, 2017.

**ANEXO(S)**

**ANEXO A - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871, DE 18 DE JANEIRO DE 2019**

Convertida na Lei nº 13.846, de 2019

Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

I - o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade - Programa Especial, com o objetivo de analisar processos que apresentem indícios de irregularidade e potencial risco de realização de gastos indevidos na concessão de benefícios administrados pelo INSS; e

II - o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade - Programa de Revisão, com o objetivo de revisar:

a) os benefícios por incapacidade mantidos sem perícia pelo INSS, por período superior a seis meses, e que não possuam data de cessação estipulada ou indicação de reabilitação profissional; e

b) outros benefícios de natureza previdenciária, assistencial, trabalhista ou tributária.

§ 1º O Programa Especial durará até 31 de dezembro de 2020 e poderá ser prorrogado até 31 de dezembro de 2022 por ato fundamentado do Presidente do INSS.

§ 2º A análise dos processos administrativos de requerimento inicial e de revisão de benefícios administrados pelo INSS cujo prazo legal para conclusão tenha expirado na data de publicação desta Medida Provisória integrará o Programa Especial.

§ 3º O Programa de Revisão durará até 31 de dezembro de 2020 e poderá ser prorrogado até 31 de dezembro de 2022 por ato fundamentado do Ministro de Estado da Economia.

§ 4º O acompanhamento por médico perito de processos judiciais de benefícios por incapacidade integrará o Programa de Revisão.

Art. 2º Para a execução dos Programas de que trata o art. 1º, ficam instituídos, até 31 de dezembro de 2020:

I - o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios - BMOB; e

II - o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade - BPMBI.

§ 1º A implementação e o pagamento do BMOB e do BPMBI ficam condicionados à expressa autorização física e financeira na lei orçamentária anual e à permissão na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º A concessão do BMOB e do BPMBI poderá ser prorrogada em ato do Ministro de Estado da Economia e a prorrogação do BMOB ficará condicionada à implementação de controles internos que atenuem os riscos de concessão de benefícios irregulares.

§ 3º O valor do BMOB e do BPMBI poderá ser revisto por ato do Ministro de Estado da Economia, com periodicidade não inferior a doze meses, até o limite da variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPCA, aferido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, no mesmo período.

Art. 3º O BMOB será devido aos ocupantes dos cargos de Analista do Seguro Social e de Técnico do Seguro Social da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, que estejam em exercício no INSS e concluem a análise de processos do Programa Especial.

§ 1º As apurações referentes aos benefícios administrados pelo INSS poderão ensejar o pagamento do BMOB.

§ 2º A análise de processos de que trata o caput deverá representar acréscimo real à capacidade operacional regular de realização de atividades do INSS, conforme estabelecido em ato do Presidente do INSS.

§ 3º A seleção dos processos priorizará os benefícios mais antigos, sem prejuízo dos critérios estabelecidos no art. 9º.

Art. 4º O BMOB corresponderá ao valor de R\$ 57,50 (cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) por processo integrante do Programa Especial concluído, conforme estabelecido em ato do Presidente do INSS na forma prevista no art. 3º.

§ 1º O BMOB será pago somente se as análises dos processos ocorrerem sem prejuízo das atividades regulares do cargo de que o servidor for titular.

§ 2º Na hipótese de desempenho das atividades referentes às análises durante a jornada regular de trabalho, ocorrerá a compensação da carga horária.



§ 3º O BMOB gerará efeitos financeiros até 31 de dezembro de 2020 e poderá ser prorrogado, a critério da administração pública federal, nos termos do disposto no § 1º do art. 1º e no § 2º do art. 2º.

Art. 5º O BMOB não será devido na hipótese de pagamento de adicional pela prestação de serviço extraordinário ou adicional noturno referente à mesma hora de trabalho.

Art. 6º O BMOB:

I - não será incorporado aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos das aposentadorias e das pensões;

II - não servirá de base de cálculo para benefícios ou vantagens; e

III - não integrará a base de contribuição previdenciária do servidor.

Art. 7º O BMOB poderá ser pago cumulativamente com a Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS, desde que os processos que ensejarem o seu pagamento não sejam computados na avaliação de desempenho referente à GDA S S .

Art. 8º São considerados processos com indícios de irregularidade integrantes do Programa Especial aqueles com potencial risco de gastos indevidos e que se enquadrem nas seguintes hipóteses, sem prejuízo das disposições previstas no ato de que trata o art. 9º:

I - potencial acúmulo indevido de benefícios indicado pelo Tribunal de Contas da União ou pela Controladoria-Geral da União;

II - potencial pagamento indevido de benefícios previdenciários indicados pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União;

III - processos identificados na Força-Tarefa Previdenciária, composta pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal e pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

IV - suspeita de óbito do beneficiário;

V - benefício de prestação continuada previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com indícios de irregularidade identificados em auditorias do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e em outras avaliações realizadas pela administração pública federal; e

VI - processos identificados como irregulares pelo INSS.

Art. 9º Ato do Presidente do INSS estabelecerá os procedimentos, as metas e os critérios necessários à realização das análises dos processos de que trata o inciso I do caput do art. 1º e disciplinará:

I - os critérios gerais a serem observados para a aferição, o monitoramento e o controle da realização das análises para fins de pagamento do BMOB, observado o cumprimento da meta do processo de monitoramento;

II - a forma de realização de mutirões para análise dos processos;

III - os critérios de ordem de prioridade das análises, observado o disposto no § 3º do art. 3º;

IV - os requisitos que caracterizem acréscimo real à capacidade operacional regular de realização de atividades do INSS;

V - critérios de revisão da meta de análise dos processos de monitoramento; e

VI - outros critérios para caracterização de processos com indícios de irregularidade.

Art. 10. O BPMBI será devido aos ocupantes dos cargos de Perito Médico Federal, da Carreira de Perito Médico Federal, de Perito Médico da Previdência Social, integrante da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, de que trata a Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004, e de Supervisor Médico-Pericial, integrante da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, para cada perícia médica extraordinária realizada no âmbito do Programa de Revisão, na forma estabelecida em ato do Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

§ 1º O ato do Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia a que se refere o caput disporá sobre os critérios para seleção dos benefícios objeto das perícias extraordinárias e abrangerá:

I - benefícios por incapacidade mantidos sem perícia pelo INSS por período superior a seis meses e que não possuam data de cessação estipulada ou indicação de reabilitação profissional;

II - benefícios de prestação continuada sem revisão por período superior a dois anos; e

III - outros benefícios de natureza previdenciária, assistencial, trabalhista ou tributária concedidos até a data de publicação desta Medida Provisória.

§ 2º Para fins do disposto no caput, perícia médica extraordinária será aquela realizada além da jornada de trabalho ordinária e que represente acréscimo real à capacidade operacional regular de realização de perícias médicas.

§ 3º Poderá haver o pagamento do BPMBI na hipótese de acompanhamento por médico perito de processos judiciais de benefícios por incapacidade.

Art. 11. O BPMBI corresponderá ao valor de R\$ 61,72 (sessenta e um reais e setenta e dois centavos) por perícia extraordinária realizada, na forma prevista no art. 10.

Parágrafo único. O BPMBI gerará efeitos financeiros até 31 de dezembro de 2020, contado da data de publicação desta Medida Provisória, permitida a prorrogação, a critério da administração pública federal, por ato do Ministro de Estado da Economia, nos termos do disposto no § 3º do art. 1º.

Art. 12. O pagamento de adicional pela prestação de serviço extraordinário ou adicional noturno não será devido na hipótese de pagamento do BPMBI referente à mesma hora de trabalho.

Art. 13. O BPMBI:

I - não será incorporado aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos das aposentadorias e das pensões;

II - não servirá de base de cálculo para benefícios ou vantagens; e

III - não integrará a base de contribuição previdenciária do servidor.

Art. 14. O BPMBI poderá ser pago cumulativamente com a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária - GDAPMP, desde que as perícias que ensejarem o seu pagamento não sejam computadas na avaliação de desempenho referente à GDAPMP.

Art. 15. Ato do Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia disporá sobre:

I - os critérios gerais a serem observados para a aferição, o monitoramento e o controle da realização das perícias médicas de que trata o art. 10, para fins de concessão do BPMBI;

II - o quantitativo diário máximo de perícias médicas, nos termos do disposto no art. 10, por perito médico, e a capacidade operacional ordinária de realização de perícias médicas pelo perito médico e pela Agência da Previdência Social do INSS;

III - a forma de realização de mutirão das perícias médicas; e

IV - os critérios de ordem de prioridade para o agendamento dos benefícios a serem revistos, tais como a data de concessão do benefício e a idade do beneficiário.

Art. 16. Ato do Ministro de Estado da Economia estabelecerá os procedimentos necessários para a realização das perícias de que trata o art. 10.

Art. 17. As despesas decorrentes do pagamento do BMOB pela participação no Programa Especial e do BPMBI pela participação no Programa de Revisão correrão à conta do INSS.

Art. 18. O cargo de Perito Médico Previdenciário, integrante da Carreira de Perito Médico Previdenciário, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa

a ser denominado Perito Médico Federal, integrante da Carreira de Perito Médico Federal.

Art. 19. O cargo de Perito Médico Federal, integrante da Carreira de Perito Médico Federal de que trata esta Medida Provisória, o cargo de Perito Médico da Previdência Social, integrante da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, de que trata a Lei nº 10.876, de 2004, e o cargo de Supervisor Médico-Pericial, integrante da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 1998, passam a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério da Economia.

Art. 20. O exercício dos servidores das Carreiras de Perito Médico Federal, de Perícia Médica da Previdência Social e de Supervisor Médico-Pericial será disposto em ato do Ministro de Estado da Economia.

Parágrafo único. As atividades relativas à gestão das Carreiras de Perito Médico Federal, de Perícia Médica da Previdência Social e de Supervisor Médico-Pericial serão exercidas pelo INSS até que seja efetivada a nova estrutura.

Art. 21. A revisão e a concessão de benefícios tributários com base em perícias médicas serão realizadas somente após a implementação e a estruturação de perícias médicas para essa finalidade.

§ 1º Ato do Ministro de Estado da Economia definirá os procedimentos para realizar a implementação e a estruturação de perícias médicas a que se refere o caput.

§ 2º Até a implementação e a estruturação das perícias médicas a que se refere o caput, ficam mantidos os atuais procedimentos para a revisão e a concessão dos benefícios tributários de que trata este artigo.

Art. 22. A Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

VII - por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação; e

VIII - para cobrança de crédito constituído pela Procuradoria-Geral Federal em decorrência de benefício previdenciário ou assistencial recebido indevidamente por dolo, fraude ou coação, inclusive por terceiro que sabia ou deveria saber da origem ilícita dos recursos." (NR)

Art. 23. A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

" Art. 215. Por morte do servidor, os dependentes, nas hipóteses legais, fazem jus à pensão por morte, observados os limites estabelecidos no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição e no art. 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004 ." (NR)

" Art. 219. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida em até cento e oitenta dias após o óbito, para os filhos menores de dezesseis anos, ou em até noventa dias após o óbito, para os demais dependentes;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I; ou

III - da decisão judicial, na hipótese de morte presumida.

§ 1º A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente e a habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a partir da data da publicação da portaria de concessão da pensão ao dependente habilitado.

§ 2º Ajuizada a ação judicial para reconhecimento da condição de dependente, este poderá requerer a sua habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da decisão judicial que reconhecer a qualidade de dependente do autor da ação.

§ 3º Julgada improcedente a ação prevista no § 2º, o valor retido será corrigido pelos índices legais de reajustamento e será pago de forma proporcional aos demais dependentes, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios." (NR)

"Art. 222. ....

§ 5º Na hipótese de o servidor falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, a pensão por morte será devida pelo prazo remanescente na data do óbito, caso não incida outra hipótese de cancelamento anterior do benefício.

§ 6º O beneficiário que não atender à convocação de que trata o § 1º terá o benefício suspenso." (NR)

Art. 24. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

" Art. 69. O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS manterá programa permanente de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios por ele administrados, a fim de apurar irregularidades ou erros materiais.

§ 1º Na hipótese de haver indícios de irregularidade ou erros materiais na concessão, na manutenção ou na revisão do benefício, o INSS notificará o beneficiário, o seu representante legal ou o seu procurador para, no prazo de dez dias, apresentar defesa, provas ou documentos dos quais dispuser.

§ 2º A notificação a que se refere o § 1º será feita:

I - preferencialmente por rede bancária ou notificação por meio eletrônico, conforme previsto em regulamento; ou

II - por via postal, por carta simples, considerado o endereço constante do cadastro do benefício, hipótese em que o aviso de recebimento será considerado prova suficiente da notificação.

§ 3º A defesa poderá ser apresentada por canais de atendimento eletrônico definidos pelo INSS.

§ 4º O benefício será suspenso na hipótese de não apresentação da defesa no prazo estabelecido no § 1º.

§ 5º O benefício será suspenso na hipótese de a defesa a que se refere o § 1º ser considerada insuficiente ou improcedente pelo INSS, que deverá notificar o beneficiário quanto à suspensão do benefício e lhe conceder prazo de trinta dias para interposição de recurso.

§ 6º Decorrido o prazo de trinta dias após a suspensão a que se refere o § 5º, sem que o beneficiário, o seu representante legal ou o seu procurador apresente recurso administrativo junto aos canais de atendimento do INSS ou a outros canais autorizados, o benefício será cessado.

§ 7º Para fins do disposto no caput, o INSS poderá realizar recenseamento para atualização do cadastro dos beneficiários, abrangidos os benefícios administrados pelo INSS, observados o disposto no inciso III ao inciso V do § 8º.

§ 8º Aqueles que receberem benefícios realizarão anualmente a comprovação de vida nas instituições financeiras, por meio de atendimento eletrônico com uso de biometria ou por qualquer meio definido pelo INSS que assegure a identificação do beneficiário, observadas as seguintes disposições:

I - a prova de vida e a renovação de senha serão efetuadas por aquele que receber o benefício, mediante identificação por funcionário da instituição, quando realizada nas instituições financeiras;

II - a prova de vida poderá ser realizada pelo representante legal ou pelo procurador do beneficiário legalmente cadastrado no INSS ou na instituição financeira responsável pelo pagamento;

III - a prova de vida de segurados com idade igual ou superior a sessenta anos será objeto de prévio agendamento, que será disciplinado em ato do Presidente do INSS;

IV - o INSS disporá de meios, incluída a realização de pesquisa externa, que garantam a identificação e o processo de fé de vida para pessoas com dificuldades de locomoção e idosos acima de oitenta anos que recebam benefícios; e

V - o INSS poderá bloquear o pagamento do benefício encaminhado às instituições financeiras até que o beneficiário atenda à convocação, permitida a liberação do pagamento automaticamente pela instituição financeira.

§ 9º Se não for possível realizar a notificação de que trata o § 2º, o INSS poderá suspender cautelarmente o pagamento de benefícios nas hipóteses de suspeita de fraude ou irregularidade constatadas por meio de prova pré-constituída.

§ 10. Na hipótese prevista no § 9º, apresentada a defesa a que se refere o § 1º, o pagamento do benefício será reativado até a conclusão da análise pelo INSS.

§ 11. Os recursos interpostos de decisão que tenha suspenso o pagamento do benefício, nos termos do disposto no § 9º, terão prioridade de tramitação em todas as instâncias administrativas.

§ 12. Os recursos de que tratam os § 5º e § 6º não terão efeito suspensivo.

§ 13. Apurada irregularidade recorrente ou fragilidade nos procedimentos, reconhecidas na forma prevista no caput ou pelos órgãos de controle, os procedimentos de análise e concessão de benefícios serão revistos, de modo a reduzir o risco de fraude e concessão irregular.

§ 14. Para fins do disposto no § 8º, preservada a integridade dos dados e o sigilo eventualmente existente, o INSS:

I - terá acesso a todos os dados biométricos mantidos e administrados pelos órgãos públicos federais; e

II - por meio de convênio, poderá ter acesso aos dados biométricos:

a) da Justiça Eleitoral; e

b) de outros entes federativos." (NR)

Art. 25. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 16. ....

§ 5º A prova de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, não admitida a prova exclusivamente testemunhal, exceto na ocorrência de motivo de força maior e ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento." (NR)

"Art. 17. ....

§ 7º Não será admitida a inscrição post mortem de segurado contribuinte individual e de segurado facultativo." (NR)

"Art. 25. ....

III - salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do caput do art. 11 e o art. 13: dez contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39; e

IV -auxílio-reclusão: vinte e quatro contribuições mensais." (NR)

"Art. 26. ....

I - pensão por morte, salário-família e auxílio-acidente; " (NR)

" Art. 27-A. Na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão dos benefícios de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez, de salário-maternidade e de auxílio-reclusão, o segurado deverá contar, a partir da data da nova filiação à Previdência Social, com os períodos integrais de carência previstos nos incisos I, III e IV do caput do art. 25." (NR)

" Art. 38-A. O Ministério da Economia manterá sistema de cadastro dos segurados especiais no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, observado o disposto nos § 4º e § 5º do art. 17, e poderá firmar acordo de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com outros órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal para a manutenção e a gestão do sistema de cadastro.

§ 1º O sistema de que trata o caput preverá a manutenção e a atualização anual do cadastro e conterá as informações necessárias à caracterização da condição de segurado especial, nos termos do disposto no Regulamento.

§ 4º A atualização anual de que trata o § 1º será feita até 30 de junho do ano subsequente.

§ 5º Decorrido o prazo de que trata o § 4º, o segurado especial só poderá computar o período de trabalho rural se efetuado em época própria o recolhimento na forma prevista no art. 25 da Lei nº 8.212, de 1991.

§ 6º É vedada a atualização de que trata o § 1º após o prazo de cinco anos, contado da data estabelecida no § 4º." (NR)

"Art. 38-B. ....

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2020, a comprovação da condição e do exercício da atividade rural do segurado especial ocorrerá exclusivamente pelas informações constantes do cadastro a que se refere o art. 38-A.

§ 2º Para o período anterior a 1º de janeiro de 2020, o segurado especial comprovará o tempo de exercício da atividade rural por meio de autodeclaração ratificada por entidades públicas credenciadas, nos termos do disposto no art. 13 da Lei nº 12.188,



de 11 de janeiro de 2010, e por outros órgãos públicos, na forma prevista no Regulamento.

§ 3º Na hipótese de haver divergência de informações, para fins de reconhecimento de direito com vistas à concessão de benefício, o INSS poderá exigir a apresentação dos documentos referidos no art. 106." (NR)

"Art. 55. ....

§ 3º A comprovação do tempo de serviço para fins do disposto nesta Lei, inclusive mediante justificativa administrativa ou judicial, observado o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando for baseada em início de prova material contemporânea dos fatos, não admitida a prova exclusivamente testemunhal, exceto na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, na forma prevista no Regulamento." (NR)

"Art. 59. ....

§ 1º Não será devido o auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, exceto quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento da doença ou da lesão.

§ 2º Não será devido o auxílio-doença para o segurado recluso em regime fechado.

§ 3º O segurado em gozo de auxílio-doença na data do recolhimento à prisão terá o benefício suspenso.

§ 4º A suspensão prevista no § 3º será de até sessenta dias, contados da data do recolhimento à prisão, cessado o benefício após o referido prazo.

§ 5º Na hipótese de o segurado ser colocado em liberdade antes do prazo previsto no § 4º, o benefício será restabelecido a partir da data da soltura." (NR)

" Art. 71-D. O direito ao salário-maternidade decairá se não for requerido em até cento e oitenta dias da ocorrência do parto ou da adoção, exceto na ocorrência de motivo de força maior e ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento." (NR)

"Art. 74. ....

I - do óbito, quando requerida em até cento e oitenta dias após o óbito, para os filhos menores de dezesseis anos, ou em até noventa dias após o óbito, para os demais dependentes;

§ 3º Ajuizada a ação judicial para reconhecimento da condição de dependente, este poderá requerer a sua habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da decisão judicial que reconhecer a qualidade de dependente do autor da ação. (Vigência)

§ 4º Julgada improcedente a ação prevista no § 3º, o valor retido, corrigido pelos índices legais de reajustamento, será pago de forma proporcional aos demais dependentes, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios." (NR)

"Art. 76. ....

§ 3º Na hipótese de o segurado falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, a pensão por morte será devida pelo prazo remanescente na data do óbito, caso não incida outra hipótese de cancelamento anterior do benefício." (NR)

"Art. 80. O auxílio-reclusão será devido nas condições da pensão por morte, respeitado o tempo mínimo de carência estabelecido no inciso IV do caput do art. 25, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.

§ 1º O requerimento do auxílio-reclusão será instruído com certidão judicial que ateste o recolhimento efetivo à prisão, obrigatória, para a manutenção do benefício, a apresentação de prova de permanência na condição de presidiário.

§ 2º O INSS celebrará convênios com os órgãos públicos responsáveis pelo cadastro dos presos para obter informações sobre o recolhimento à prisão.

§ 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se segurado de baixa renda aquele que, na competência de recolhimento à prisão tenha renda, apurada nos termos do disposto no § 4º, de valor igual ou inferior àquela prevista no art. 13 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, corrigido pelos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

§ 4º A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de doze meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.

§ 5º A certidão judicial e a prova de permanência na condição de presidiário poderão ser substituídas pelo acesso à base de dados, por meio eletrônico, a ser disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça, com dados cadastrais que assegurem a identificação plena do segurado e da sua condição de presidiário." (NR)

"Art. 96. ....

V - é vedada a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição - CTC com o registro exclusivo de tempo de serviço, sem a comprovação de contribuição efetiva, exceto para o segurado empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso;

VI - a CTC somente poderá ser emitida por regime próprio de previdência social para ex-servidor;

VII - é vedada a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por regime próprio de previdência social sem a emissão da CTC correspondente, ainda que o tempo de contribuição RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor; e

VIII - é vedada a desavervação de tempo em regime próprio de previdência social quando o tempo averbado tenha gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade.

Parágrafo único. O disposto no inciso V do caput não se aplica ao tempo de serviço anterior à edição da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que tenha sido equiparado por lei a tempo de contribuição." (NR)

"Art. 103. O prazo de decadência do direito ou da ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão, indeferimento, cancelamento ou cessação de benefício, do ato de deferimento, indeferimento ou não concessão de revisão de benefício é de dez anos, contado:

I - do dia primeiro do mês subsequente ao do recebimento da primeira prestação ou da data em que a prestação deveria ter sido paga com o valor revisto; ou

II - do dia em que o segurado tomar conhecimento da decisão de indeferimento, cancelamento ou cessação do seu pedido de benefício ou da decisão de deferimento ou indeferimento de revisão de benefício, no âmbito administrativo. " (NR)

"Art. 106. A comprovação do exercício de atividade rural será feita, complementarmente à declaração de que trata o art. 38-B, por meio de:

IV - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, de que trata o inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, ou por documento que a substitua, emitidas apenas por instituições ou organizações públicas;..." (NR)

"Art. 115. ....

II - pagamento administrativo ou judicial de benefício previdenciário ou assistencial indevido, ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial, nos termos do disposto no Regulamento.

§ 3º Serão inscritos em dívida ativa pela Procuradoria-Geral Federal os créditos constituídos pelo INSS em decorrência de benefício previdenciário ou assistencial pago indevidamente ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial, nos termos do disposto na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para a execução judicial.

§ 4º Será objeto de inscrição em dívida ativa, para os fins do disposto no § 3º, em conjunto ou separadamente, o terceiro beneficiado que sabia ou deveria saber da origem do benefício pago indevidamente em razão de fraude, dolo ou coação, desde que devidamente identificado em procedimento administrativo de responsabilização.

§ 5º O procedimento de que trata o § 4º será disciplinado em regulamento, nos termos do disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 27 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

§ 6º A alienação ou a oneração de bens ou rendas, ou o início de um desses processos, por beneficiário ou responsabilizado inscrito em dívida ativa, nas hipóteses previstas nos § 3º e § 4º, será presumida fraudulenta e caberá ao regulamento disciplinar a forma de atribuir publicidade aos débitos dessa natureza.

§ 7º Na hipótese prevista no inciso V do caput, a autorização do desconto deverá ser revalidada anualmente nos termos do disposto no Regulamento." (NR)

"Art. 124-A. O INSS implementará processo administrativo eletrônico para requerimento de benefícios e serviços e disponibilizará canais eletrônicos de atendimento.

§ 1º O INSS facilitará o atendimento, o requerimento, a concessão, a manutenção e a revisão de benefícios por meio eletrônico e implementará procedimentos automatizados, de atendimento e prestação de serviços por meio de atendimento telefônico ou de canais remotos.

§ 2º Poderão ser celebrados acordos de cooperação, na modalidade de adesão, com órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a recepção de documentos e apoio administrativo às atividades do INSS que demandem serviços presenciais.

§ 3º Os serviços de que trata o § 2º poderão ser executados pelas instituições financeiras pagadoras de benefícios administrados pelo INSS.

§ 4º A implementação de serviços eletrônicos preverá mecanismos de controle preventivos de fraude e identificação segura do cidadão." (NR)

"Art. 124-B. O INSS, para o exercício de suas competências, observado o disposto no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, terá acesso a todos os dados de interesse para a recepção, a análise, a concessão, a revisão e a manutenção de benefícios por ele administrados, em especial:

I - os dados administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;

II - os dados dos registros e dos prontuários eletrônicos do Sistema Único de Saúde - SUS, administrados pelo Ministério da Saúde;

III - os dados dos documentos médicos mantidos por entidades públicas e privadas, sendo necessário, no caso destas últimas, a celebração de convênio para garantir o acesso; e

IV - os dados de movimentação das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, mantidas pela Caixa Econômica Federal.

§ 1º Para fins do cumprimento do disposto no caput, serão preservados a integridade dos dados e o sigilo dos dados acessados pelo INSS. eventualmente existente.

§ 2º O Ministério da Economia terá acesso às bases de dados geridas ou administradas pelo INSS, incluída a folha de pagamento de benefícios com o detalhamento dos pagamentos.

§ 3º As bases de dados e as informações de que tratam o caput e o § 1º poderão ser compartilhadas com os regimes próprios de previdência social, para estrita utilização em suas atribuições relacionadas à recepção, à análise, à concessão, à revisão e à manutenção de benefícios por eles administrados, preservados a integridade dos dados e o sigilo eventualmente existente, na forma disciplinada conjuntamente pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e pelo gestor dos dados.

§ 4º Fica dispensada a celebração de convênio, acordo de cooperação técnica ou instrumentos congêneres para a efetivação do acesso aos dados de que trata o caput, quando se tratar de dados hospedados por órgãos da administração pública federal, e caberá ao INSS a responsabilidade de arcar com os custos envolvidos, quando houver, no acesso ou na extração dos dados, exceto quando estabelecido de forma diversa entre os órgãos envolvidos.

§ 5º As solicitações de acesso a dados hospedados por entidades privadas possuem característica de requisição, dispensados a celebração de convênio, acordo de cooperação técnica ou instrumentos congêneres para a efetivação do acesso aos dados de que trata o caput e o ressarcimento de eventuais custos." (NR)

"Art. 124-C. O servidor responsável pela análise dos pedidos dos benefícios previstos nesta Lei motivará suas decisões ou opiniões técnicas e responderá pessoalmente apenas na hipótese de dolo ou erro grosseiro." (NR)

"Art. 124-D. A administração pública federal desenvolverá ações de segurança da informação e comunicações, incluídas as de segurança cibernética, de segurança das infraestruturas, da qualidade dos dados e da segurança de interoperabilidade de bases governamentais, e efetuará a sua integração, inclusive com as bases de dados e informações dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com o objetivo de atenuar riscos e inconformidades em pagamentos de benefícios sociais." (NR)

Art. 26. A Lei nº 8.742, de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 20. ....

§ 12. São requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, conforme previsto em regulamento.

§ 13. O requerimento, a concessão e a revisão do benefício ficam condicionados à autorização do requerente para acesso aos seus dados bancários, nos termos do disposto no inciso V do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001." (NR) (Vigência)

Art. 27. A Lei nº 9.620, de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

I - Supervisor Médico-Pericial, composta de quinhentos cargos de igual denominação, lotados no Quadro de Pessoal do Ministério da Economia com atribuições destinadas às atividades de gestão governamental, de gerenciamento, de supervisão, de controle, de fiscalização e de auditoria das atividades de perícia médica;

....."  
(NR)

"Art. 5º .....

I - da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, o Ministério da Economia;

....."  
(NR)

"Art. .... 6º

IV - definir os termos do edital dos concursos públicos para provimentos dos cargos, observadas as atribuições da Carreira e as normas editadas pelo Ministério da Economia;

VII - supervisionar e acompanhar a aplicação das normas e dos procedimentos, para fins de progressão e promoção, e das demais regras referentes à organização da Carreira, e propor o seu aperfeiçoamento ao Ministério da Economia.

Parágrafo único. Observadas as normas editadas pelo Ministério da Economia, os órgãos supervisores a que se refere o caput serão assessorados por:

I - representantes dos órgãos ou das entidades de lotação dos integrantes da Carreira;  
e

II - comitê consultivo, composto por integrantes da Carreira sob a sua supervisão."  
(NR)

"Art. 21. Compete ao Ministério da Economia editar as normas complementares e os procedimentos necessários à promoção nas Carreiras de que trata esta Lei." (NR)

Art. 28. A Lei nº 10.876, de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12-A. O ocupante de cargo efetivo de Perito Médico da Previdência Social da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, em exercício no órgão de lotação ou no INSS, perceberá a parcela da GDAMP referente à avaliação de desempenho institucional no valor correspondente ao atribuído ao órgão ou à entidade em que o servidor estiver em efetivo exercício somada à parcela da GDAMP referente à avaliação de desempenho individual conforme os critérios de avaliação estabelecidos em regulamento." (NR)

"Art. 15. O ocupante de cargo efetivo de Perito Médico da Previdência Social da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social que não se encontrar em exercício no órgão de lotação ou no INSS perceberá integralmente a parcela da GDAMP referente à avaliação de desempenho institucional do período somada à parcela da GDAMP referente à avaliação de desempenho individual, quando requisitado pela Presidência da República ou pela Vice-Presidência República.

....."  
(NR)

Art. 29. A Lei nº 11.907, de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

### **"Seção V**

#### **Da Carreira de Perito Médico Federal e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial**

Art. 30. Fica estruturada a Carreira de Perito Médico Federal, no âmbito do Quadro de Pessoal do Ministério da Economia, composta pelos cargos de nível superior, de provimento efetivo, de Perito Médico Federal.....

§ 3º São atribuições do cargo de Perito Médico Federal, de Perito Médico da Previdência Social e, supletivamente, do cargo de Supervisor Médico-Pericial da Carreira, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, as atividades médico-periciais relacionadas com:

I - o regime geral de previdência social e a assistência social:

- a) a emissão de parecer conclusivo quanto à incapacidade laboral;
- b) a inspeção de ambientes de trabalho;
- c) a caracterização da invalidez; e
- d) a auditoria médica;

II - a instrução de processos administrativos referentes à concessão e à revisão de benefícios tributários e previdenciários a que se referem as alíneas "a", "c" e "d" do inciso I e o inciso V;

III - o assessoramento técnico à representação judicial e extrajudicial da União, das autarquias e das fundações federais quanto aos expedientes e aos processos relacionados com disposto neste artigo;

IV - a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, nas hipóteses previstas nos incisos XI, XIII, XIV e XVIII do caput do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

V - a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência; e

VI - as atividades acessórias àquelas previstas neste artigo, na forma definida em regulamento.

§ 4º Ato do Ministro de Estado da Economia poderá autorizar a execução pelos titulares de cargos de que trata o § 3º de outras atividades médico-periciais previstas em lei para a administração pública federal.

§ 4º-A. Ato do dirigente máximo do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipep regulamentará as orientações e os procedimentos a serem adotados na realização das atividades de que trata o § 4º.

....."  
(NR)

"Art. 35. ....

§ 5º Os ocupantes dos cargos a que se refere o caput poderão, a qualquer tempo, optar pela jornada semanal de trabalho de trinta ou quarenta horas, por meio do Termo de Opção de que trata o Anexo XIV-A, observado o interesse da administração pública federal quanto à alteração da jornada de trabalho e respeitado o limite estabelecido em ato do Ministro de Estado da Economia.

....."  
(NR)

"Art. 38. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária - GDAPMP, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão de lotação ou no INSS, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional



.....

§ 4º A parcela referente à avaliação de desempenho institucional será paga conforme os parâmetros de alcance das metas organizacionais, a serem definidos em ato do dirigente máximo do órgão de lotação.

....."

(NR)

"Art. 39. Os ocupantes de cargos efetivos de Perito Médico Federal ou de Supervisor Médico-Pericial que se encontrarem em efetivo exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Economia ou no INSS perceberão a parcela da GDAPMP referente à avaliação de desempenho institucional no valor correspondente ao atribuído ao órgão ou à entidade em que o servidor estiver em efetivo exercício e a parcela da GDAPMP referente à avaliação de desempenho individual conforme os critérios e os procedimentos de avaliação estabelecidos no art. 46." (NR)

"Art. 40. Os ocupantes de cargos efetivos das Carreiras de Perito Médico Federal ou de Supervisor Médico-Pericial que se encontrarem na condição de dirigentes máximos de Superintendência Regional, de Gerência-Executiva, de Agência da Previdência Social e de Chefia de Seção de Saúde do Trabalhador do INSS perceberão a GDAPMP nos termos do disposto no art. 39." (NR)

"Art. 41. Os ocupantes de cargos efetivos das Carreiras de Perito Médico Federal ou de Supervisor Médico-Pericial que se encontrarem em exercício no órgão de lotação ou no INSS quando investidos em cargo em comissão ou função de confiança farão jus à GDAPMP da seguinte forma:

.....

II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-DAS de níveis 4, 5 ou 6 ou equivalentes, hipótese em que o valor da GDAPMP será correspondente à pontuação máxima possível a título de desempenho individual somada à pontuação correspondente à média nacional atribuída a título de avaliação institucional às unidades do órgão ou da entidade em que o servidor se encontrar em efetivo exercício." (NR)

"Art. 42. Os ocupantes de cargos efetivos das Carreiras de Perito Médico Federal ou de Supervisor Médico-Pericial que não se encontrarem em efetivo exercício no órgão de lotação ou no INSS farão jus à GDAPMP quando:

....." (NR)

"Art. 46. ....

§ 1º Os critérios e os procedimentos específicos da avaliação individual e institucional e da atribuição da GDAPMP serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Economia.

§ 2º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão estabelecidas anualmente em ato do Ministro de Estado da Economia.

....."  
(NR)

Art. 30. A Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

§ 1º .....

XXVI - o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade - BPMBI; e

XXVII - o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios - BMOB." (NR)

Art. 31. Os valores creditados indevidamente em razão de óbito, em favor de pessoa natural falecida, em instituições integrantes do sistema financeiro nacional, por pessoa jurídica de direito público interno, deverão ser restituídos.

§ 1º O disposto no caput:

I - aplica-se aos créditos realizados anteriormente à data de entrada em vigor desta Medida Provisória;

II - não se aplica aos créditos referentes a períodos de competência anteriores ao óbito;

III - não se aplica aos benefícios do Programa Bolsa Família, de que trata a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; e

IV - não afasta outros mecanismos de restituição de valores pagos por entes públicos.

§ 2º O ente público informará à instituição financeira o valor monetário exato a ser restituído.

§ 3º O cálculo para a restituição do valor a que se refere o § 2º considerará a proporcionalidade dos valores pagos referentes ao período posterior ao falecimento do beneficiário.

§ 4º O ente público comprovará à instituição financeira o óbito por meio do encaminhamento:

I - da certidão de óbito original;

II - da cópia autenticada, em cartório ou administrativamente, da certidão de óbito, inclusive por meio eletrônico;

III - de comunicação eletrônica remetida pelo cartório ao ente público;

IV - de informação relativa ao óbito prestada por órgão integrante do Sistema Único de Saúde - SUS; ou

V - de informação prestada pelo INSS, por meio de relatório conclusivo de apuração de óbito.

§ 5º Após o recebimento do requerimento de restituição, formulado nos termos do disposto neste artigo, e observadas as normas a serem editadas pelo Conselho Monetário Nacional, a instituição financeira:

I - bloqueará, imediatamente, os valores; e

II - restituirá ao ente público os valores bloqueados no quadragésimo quinto dia após o recebimento do requerimento.

§ 6º Na hipótese de não haver saldo suficiente para a restituição, inclusive em investimentos de aplicação ou resgate automático, a instituição financeira restituirá o valor disponível e comunicará a insuficiência de saldo ao ente público.

§ 7º Na hipótese de comprovação do óbito feita nos termos do disposto nos incisos IV ou V do § 4º, a restituição ocorrerá no nonagésimo dia após o recebimento do requerimento.

§ 8º Na hipótese de a instituição financeira constatar erro no requerimento de restituição, por meio do comparecimento do beneficiário ou de prova de vida, deverá, imediatamente:

I - desbloquear os valores; e

II - comunicar o desbloqueio ao ente público requerente.

§ 9º O disposto no caput não exclui a retificação do requerimento pelo ente público, de ofício ou a pedido do beneficiário.

Art. 32. A ratificação prevista no § 2º do art. 38-B da Lei nº 8.213, de 1991, será exigida pelo INSS após o prazo de sessenta dias, contado da data de sua publicação.

Parágrafo único. No decorrer do prazo de que trata o caput, será aceita pelo INSS a autodeclaração do segurado independentemente da ratificação prevista no § 2º do art. 38-B da Lei nº 8.213, de 1991, e sem prejuízo do disposto no § 3º do referido artigo.

Art. 33. Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos da Lei nº 8.213, de 1991 :

a) o parágrafo único do art. 38-B ;

b) o parágrafo único do art. 59 ;

c) o § 5º do art. 60 ;

d) o art. 79 ,

e) inciso I do § 1º do art. 101 ; e

f) o inciso III do caput do art. 106 ;

II - os § 1º e § 2º do art. 6º da Lei nº 9.620, de 1998 ;

III - o art. 2º da Lei nº 10.876, de 2004 ; e

IV - a Lei nº 11.720, de 20 de junho de 2008 .

Art. 34. Esta Medida Provisória entra em vigor:

I - noventa dias após a data de sua publicação, quanto à parte que altera o § 13 do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993 ;

II - cento e vinte dias após a data de sua publicação, quanto à parte que altera o § 3º do art. 74 da Lei nº 8.213, de 1991 ; e

III - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Brasília, 18 de janeiro de 2019. 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO  
Paulo Guedes Onyx Lorenzoni